

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

PRESIDENTE - NININHO

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Meu boa-tarde a todos e a todas.

Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta audiência pública requerida por mim, em parceria com o Deputado, meu amigo Diego Guimarães, para debater as propostas complementares ao acordo em discussão no termo de audiência de conciliação do Supremo Tribunal Federal a serem submetidas ao Estado do Pará, considerando as exigências do Estado de Mato Grosso.

Quero convidar aqui para compor a mesa conosco o meu colega deputado federal...

Deputado Estadual Diego Guimarães.

(ORADOR NÃO IDENTIFICADO SE PRONUNCIA FORA DO MICROFONE.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - É, mas vai ser federal daqui a uns dias.

(RISOS)

Quero aqui também... já aqui conosco o nosso procurador aqui da Assembleia, meu amigo Bruno; quero também chamar aqui para compor a mesa conosco o doutor Ricardo, procurador-geral desta Casa; quero aqui... para compor a mesa conosco, doutor Serafim, Francisco Serafim, presidente do Intermat; agradeço a toda a equipe do Intermat aqui, em nome do meu amigo Serafim.

Quero aqui chamar os prefeitos, prefeito Chico Gamba, de Alta Floresta, para compor a mesa conosco; prefeito Osmar Antônio Moreira, de Paranaíta; prefeito Casciano Martins Reis, do Município de Novo Mundo; doutora Caroline, procuradora do Estado junto ao Intermat, doutora Caroline, compor a mesa conosco, doutora; doutor Aníbal, procurador do Estado, da Casa Civil também, esse grande companheiro, que muito tem ajudado o Estado de Mato Grosso; Edemar Biazoto, vereador de Novo Mundo; Carlos Cavalcante, presidente da Agrodito; nosso presidente da Câmara de Alta Floresta, meu amigo, vereador Francisco Ailton; e, em nome dele, e do nosso vereador de Novo Mundo aqui, Edemar Biazoto, que representarão todos os demais vereadores aqui presentes; doutor Juliano, secretário do Escritório de Representação do Estado de Mato Grosso em Brasília; doutor Juliano, que tem sido um grande parceiro também lá em Brasília, ajudando muito nos encaminhamentos lá junto ao ministro Flávio Dino.

Então eu peço desculpas aos demais, que não posso... por questão de espaço para compor a mesa, sintam-se todos cumprimentados.

E vamos dar início a esta audiência pública, audiência essa de grande relevância, porque daqui nós temos que sair, Diego, com um encaminhamento de uma proposta para retornarmos ao Supremo Tribunal Federal com o ministro Flávio Dino e buscarmos lá um encaminhamento para essa causa que traz aflição e transtorno para muitas pessoas que ali estão, que têm suas propriedades, que produzem, e que têm tido muito transtorno em função de não terem o apoio do Estado do Pará.

Então acho que nós temos uns vídeos a serem passados. Eu gostaria que a nossa assessoria pudesse colocar esses vídeos para serem assistidos para nós darmos continuidade ao nosso trabalho.

(UM VÍDEO SOBRE A GLEBA SÃO BENEDITO É EXIBIDO.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Eu pergunto...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

(O SR. ASSESSOR PARLAMENTAR FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - O senador Wellington?... Pode... vai entrar agora, já? (PAUSA) Enquanto...

O senador Wellington vai falar sobre o projeto de lei que já está apresentado no Senado Federal, que pode também vir a contribuir com essa situação. Então eu vou passar a palavra ao senador Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES - Boa tarde, Deputado Nininho; boa tarde a todos os prefeitos, a todas as lideranças que estão hoje nesta audiência pública.

Já estão todos conectados?

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Todos conectados, senador, pode dar continuidade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES - Tá.

Eu já enviei, através da minha assessoria aí, Presidente Nininho, para a sua assessoria, um ofício endereçado ao Deputado Nininho e também ao Presidente Max, de toda... digamos, um roteiro a ser utilizado para o desenvolvimento de um trabalho conjunto entre a Assembleia Legislativa, o Congresso Nacional e as prefeituras da região, obviamente isso junto também com o Governo de Mato Grosso, o Governo do Pará e, da mesma forma, as prefeituras e, se for o caso, a Assembleia Legislativa do Pará.

E também é importante dizer que o que nós propusemos, ele na verdade é... a lei é para formar um Conselho de Desenvolvimento Regional Integrado, que é a Ride, que hoje nós temos funcionando em três regiões do país, principalmente em Brasília, no Distrito Federal, que não é nada mais do que uma parceria organizada por parte do Governo Federal junto com os Estados e municípios e regiões. E principalmente no caso dessa região que está ali circunscrita, dois Estados, onde a população está de um lado e de outro, principalmente pela distância que os municípios do Pará estão desta região, como está muito claro, quem dá mais assistência são as prefeituras de Mato Grosso, especialmente Paranaíta, Alta Floresta e outros municípios, conforme as audiências que lá fizemos.

Então, portanto, essa proposta não vem tirar, não vem trazer nenhuma discussão em relação ao território, e sim ao atendimento à população que vive nessa região, para que não haja bitributação, para que não só os municípios de Mato Grosso sejam responsáveis pela população que tem propriedades no Pará, a princípio, enquanto não for decidida essa questão finalmente, a questão da divisão realmente.

Então o que nós estamos trazendo aqui é uma proposta de Estado, na verdade, uma proposta que objetiva a integração, principalmente em respeito a uma região que produz, que trabalha, que preserva, que enfrenta desafios enormes, e que precisa ser olhada, acima de tudo, com prioridade pelo poder público. E aí nós estamos falando da Ride, que é a região do Araguaia-Xingu, que é assim caracterizada.

Então, portanto, essa proposta envolve todos esses municípios do Estado de Mato Grosso, estão incluídos Santa Terezinha, Santa Cruz do Xingu, Vila Rica, Peixoto de Azevedo, Guarantã do Norte, Paranaíta, Alta Floresta, Matupá e Novo Mundo; e lá no Pará também, como foi dito, Altamira, São Félix do Xingu, Cumaru do Norte e Santana do Araguaia.

Então eu quero dizer, para resumir, esse pronunciamento meu está aí, eu gostaria que fizesse parte dos anais desta audiência pública, para não me delongar, mas dizendo que o conselho é formado pela representação do Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Integração e também a Sudeco, que é a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, e a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Sudam, que é a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, além dos dois Estados; e, como eu disse, esse conselho é formado com a presença de todos os municípios.

Por isso, eu sugiro à Assembleia Legislativa que também faça algo no sentido da participação em um projeto de lei, que poderia sair daí essa iniciativa, Deputado Nininho, para oficializar a participação também da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Esse conselho tem autonomia para fazer convênios, para tomar decisões, apresentar projetos, e por isso é extremamente importante também um processo de harmonia e trabalho - junto - dos dois Estados, porque quem paga a conta, na verdade, é quem está morando na região, que não pode ficar abandonado.

Então essa seria uma forma legal, em que poderia se trabalhar a questão de um orçamento, propondo um orçamento específico, propondo também, porque as duas regiões, as entidades como a Sudeco e a Sudam, são órgãos do Governo Federal com essa função, além de outros projetos que poderíamos estar desenvolvendo juntos, todos, prefeituras, os dois Estados e, claro, a Assembleia Legislativa. Isso permite que a gente coloque recursos, emendas no orçamento específico para essa região da Ride, que poderia ser administrada através desse conselho.

Então é essa colaboração que eu poderia fazer, essa participação.

Se tiver alguma pergunta, me coloco à disposição, bem como, claro, todo o meu gabinete em Brasília, e até a consultoria do Senado, que foi quem elaborou esse projeto e que nos deu toda a assessoria.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Bem, está aí um projeto de lei que está tramitando, que também pode contribuir muito para encontrarmos uma alternativa para essa situação.

Quero ainda, em tempo, aqui também agradecer a presença da Beatriz, da Bia, nossa vereadora lá do Município de Querência; agradecer aqui ao vereador Fernando, de Paranaíta; ao vereador Adimilson, nosso presidente da Câmara; ao vereador Valdir; e aqui ao nosso vice-prefeito Dema. Obrigado a todos pela presença.

Estão aqui também o vereador Amado; o vereador Menin, de Alta Floresta, e demais vereadores que estão presentes aqui; a doutora Lígia, junto com a nossa Bruna, que é parceira nossa, a quem eu quero agradecer muito, que junto com o apoio do Serafim e dessas duas guerreiras e do doutor Klismahn, lá nós temos feito um grande trabalho. O Intermat hoje é um órgão que está a regularização... processos que estavam há 10, 12, 15 anos lá paralisados, foi limpada a pauta, e nós já temos... aqui a doutora Iza, também, que é essa guerreira... nós já estamos aprovando projetos que entraram no início do ano e já estamos entregando de volta, regularizando para a sociedade.

Então quero deixar aqui os nossos agradecimentos.

Para nós darmos continuidade, eu acho que eu vou passar aqui ao doutor Bruno, que é quem tem feito aí, junto com o doutor Ricardo, mas o Bruno foi designado especificamente para cuidar dessa situação. Eu gostaria, Bruno, que você fizesse aí as suas explanações para que posteriormente nós pudéssemos passar às pessoas que se inscreveram aqui para a gente debater esse assunto tão importante para o nosso Estado.

O SR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE - Boa tarde a todos.

Quero inicialmente aqui, Deputado, agradecer todo o seu empenho. Se hoje a Procuradoria está lutando por essa causa, sem dúvida, o senhor foi quem nos deu ali o gás e a coragem de seguir à frente.

Eu tomei a iniciativa de preparar um pequeno roteiro, para a nossa audiência ter um resultado concreto. Nós temos hoje uma janela de oito dias para encaminharmos uma proposta de acordo dentro da Ação Rescisória nº 2964. Mas, antes de entrar nesse roteiro, que vai ser uma

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

instrumentalização da nossa audiência para ela ser objetiva, eu quero fazer aqui uma introdução destacando a vitória, o êxito da Assembleia, sobretudo dos prefeitos nessa causa da divisa Mato Grosso - Pará.

E deixar bem claro aqui, para quem não acompanhou até então, que era um processo praticamente encerrado, causa ganha ao Pará, com problemas e efeitos negativos que se perpetuariam no Estado de Mato Grosso. E esta Casa, através dos seus Deputados, que inclusive me orgulharam lá na fala da audiência em Brasília, conseguiu, juntamente com os prefeitos, fazer o Pará dar um passo atrás e reconhecer a omissão deles. O prefeito Chico Gamba, o prefeito Casciano e o prefeito Osmar estiveram ali mostrando que o problema não passa por linha territorial, o problema passa pela vida e pela dignidade de milhares de pessoas.

Sem dúvida foi isso que me tocou, o que me dá fôlego, Deputado Nininho, até hoje, quase... 2019... quase oito anos trabalhando nesse processo, sem ter a certeza de algum resultado, mas a gente está fazendo a nossa parte. Eu costumo falar que eu me arrependo do que eu vou atrás e não consigo, não do que eu não tentei, e eu garanto ao senhor que o que é possível trabalhar e empenhar está sendo feito.

O doutor Ricardo, sempre conselheiro lá, me orientando, às vezes, quando eu estou em um momento de dúvida, a gente... dá ideias brilhantes.

Mas, só avançando já nessa introdução, eu queria contextualizar que esse pedido de audiência de conciliação foi fruto de uma reunião prévia que tivemos lá com o ministro Flávio Dino, que hoje é o pai dessa ação; já tivemos o ministro Marco Aurélio, já tivemos o ministro Barroso, ninguém resolveu, e o Dino abraçou a causa.

Fizemos lá uma apresentação de um vídeo, mostrando, fiz um vídeo simples, de amador mesmo, mas mostrando o problema do isolamento geográfico, das distâncias. E o ministro... causou curiosidade, ele falou... e começou a fazer pergunta: “Como que eu chego ali de Jacareacanga para a Gleba São Benedito?” Eu falei: “Ó, o senhor vai ter que subir 1.400 quilômetros, entrar em Mato Grosso para entrar no Pará de novo.”

E ali foi a abertura que ele nos deu. Ele falou: “Vocês querem conciliação?” “Queremos, a gente precisa da conciliação, porque a conciliação, além de demonstrar nossa boa-fé, a gente está aguentando um passivo aí milionário, ano após ano, que vai ser perpetuado se o acordo não acontecer. Não estou dizendo que a gente abandonou a discussão da divisão territorial, do mérito, isso é de suma importância para Mato Grosso, mas hoje a nossa preocupação é, sim, mitigação de danos.”

E eu quero aqui na oportunidade destacar que, depois dessa promessa de audiência de conciliação que o ministro Flávio Dino cumpriu - tivemos a audiência, fomos lá, deputados, prefeitos...

Eu quero aqui fazer um desagravo público ao prefeito Osmar, de Paranaíta. Eu fiquei extremamente incomodado com a fala do ex-governador Helder Barbalho, que atacou de forma absurda o prefeito de Paranaíta.

E quero dizer, prefeito, se tinha alguém mais humano naquela mesa ali era o senhor, e o senhor tinha propriedade para dizer que eles eram desumanos, porque eles simplesmente se omitiram, sempre se omitiram em relação aos cuidados, aos serviços públicos a essa população. E o senhor, de tão bom prefeito que é - porque eu estive lá em Paranaíta, eu conheci o exemplo de cidade, o exemplo de gestão -, o senhor consegue cuidar dos seus municípios e cuidar dos municípios do Pará que se sentem mato-grossenses.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Então eu quero fazer aqui o meu desagravo, o senhor tem todo o meu respeito. O ex-governador Helder Barbalho foi covarde nas palavras dele, veio querer induzir ali o Plenário, o ministro, de que Mato Grosso demandaria, demanda... demandou o Pará tanto quanto Mato Grosso, dando um exemplo esdrúxulo ao dizer que Guarantã, município de 40 mil habitantes, utilizava tomografia no distrito - não é um município - Castelo dos Sonhos, que são 15 mil pessoas, que está distante 1.200 quilômetros de... Itatuba.... como é o nome? Itaituba.  
(ORADOR NÃO IDENTIFICADO SE PRONUNCIA FORA DO MICROFONE.)

O SR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE - Altamira.

Então, assim, argumentos baixos, argumentos falaciosos, argumentos sofistas, querendo dizer que Mato Grosso demanda o Estado do Pará, assim como eles nos demandam. Mas os deputados cumpriram muito bem o seu papel, o Deputado Diego, o Deputado Max e o Deputado Nininho, e foi feita toda essa defesa enfática de Mato Grosso... a Deputada Janaina, exatamente.

E na sequência encerramos a audiência pública, a audiência de conciliação, uma audiência ampla, que durou ali três horas. E aí fomos para o que interessa, fomos para a audiência técnica. O ministro delimitou ali um número reduzido de pessoas, que eram os procuradores do Estado, procuradores da Assembleia... aliás, nós não seríamos convidados. A Assembleia gerou essa criança, mas na hora de ir lá cuidar do problema, a gente não foi convidado, fomos tolhidos, eu tive que marcar posição. O doutor Juliano, da Ermat, foi muito parceiro, ele falou: “Não, a Assembleia tem que participar.”

E o que aconteceu a portas fechadas lá na sala do ministro Flávio Dino foi um show de absurdos.

Eu levei o prefeito Osmar para...

Isso, a audiência de conciliação aconteceu de manhã, e depois do almoço teve a audiência técnica a portas fechadas com um grupo reduzido.

Eu levei o prefeito Osmar, passamos ali na recepção do STF, subimos na recepção do ministro Flávio Dino. E o prefeito Osmar chegou e sentou à mesa, porque ali seriam construídas as soluções e encaminhamentos para o problema centenário de insegurança jurídica entre Mato Grosso e Pará. O prefeito Osmar estava sentado, e mais uma vez ele foi violentado na sua representatividade de solução do problema. Falaram que ali não era lugar de prefeito, falaram que ali era lugar em nível de Estado. E aí falaram que ou eu ou ele teria que sair da reunião. Chegamos a esse absurdo.

Eu falei assim: “Olha, como que a gente vai discutir um problema que afeta nove municípios do Estado de Mato Grosso, seis municípios do Estado do Pará e não tem um prefeito mato-grossense aqui nesta reunião?” Foi um questionamento... eu já cheguei fazendo esse questionamento.

E aí eu falei: “Eu deixo o meu lugar, o prefeito vai ficar.” Eu e o prefeito ficamos numa situação chata, né, prefeito? Enfim, o prefeito acabou cedendo, eu fiquei, mas eu fiquei ali em um papel de fiscal da pauta.

Por que estou querendo falar isso? Porque o Pará, desculpem a palavra, a sinceridade, mas o Pará, até na desvantagem, tenta tirar vantagem da situação. O Pará, a primeira pauta que eles pediram para a gente discutir, a despeito de tudo o que foi falado na audiência de conciliação: de bitributação, de gasto com educação, de gasto com estrada, de gasto com transporte escolar, de gasto com... o prejuízo, a perda de competitividade na sanidade animal... a despeito de tudo isso que foi falado, o Pará foi falar justamente do quê? Regularização fundiária.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Vocês entendem por que que eles estão querendo discutir agora, que já está avançando? Eles estão querendo legalizar pelo menos 200 imóveis... doutora Bruna, que me ajudou muito lá para identificar essa situação. Eles estão tentando legalizar essas áreas que... esses imóveis que estão no Pará, mas estão com Mato Grosso, o Intermat, para poder gerar receita para eles. É uma pauta ótima. Se eu fosse procurador do Pará, eu estaria muito feliz, mas eu sou de Mato Grosso, e eu vou defender os interesses de Mato Grosso, da Assembleia.

Eu falei: “Gente, isso aqui não é prioridade! Isso aqui não é prioridade! O que é prioridade é a estrada lá de Guarantã, que está sem manutenção há mais de três anos, porque o prefeito respondeu por improbidade, e ninguém mais tem coragem de cuidar, porque vocês não cuidam; é a balsa, lá de Paranaíta, onde os alunos precisam atravessar e Jacareacanga não está dando o serviço adequado.”

E aí ficou aquele clima chato, ninguém... todo mundo tentando me abafar, o doutor Juliano fazendo um casadinho ali, um ajudando o outro, o doutor Francisco também participando, da PGE, ajudando, mas, assim, vingou a pauta da prioridade à regularização fundiária.

O ministro Flávio Dino foi lá, passou, fiscalizou ali - quem estava conduzindo era uma juíza auxiliar -, ele pegou e delimitou também a questão da segurança pública, que é um ponto importante, mas ninguém avançou nada em assunto de segurança pública, ficamos três horas falando de regularização fundiária. E eles queriam já encerrar a reunião por ali. Falou de regularização fundiária. Eu falei: “Tá, mas a audiência pública serviu para quê? Os prefeitos vieram aqui falar do quê? O senador Wellington veio falar do quê? O senador Jayme. Temos um número de no mínimo 10 eixos para delimitar.”

Aí a procuradora do Pará sabiamente falou: “Não, mas eu só vi o ministro Flávio Dino falando de saúde aqui, a preocupação dele é saúde.” Ou seja, a todo tempo tentando restringir o que a gente precisa trabalhar nesse acordo. Eu falei: “Olha, a Procuradoria-Geral do Estado, junto com a Procuradoria-Geral da Assembleia, nós pedimos, via embargo de declaração, esta audiência, e nós falamos tudo o que precisa ser construído no acordo.”

E aí a juíza, percebendo a situação, criou um item lá na audiência técnica falando que a gente teria um prazo, que é o que está no slide ali iniciando, de 30 dias, para a gente exigir tudo o que a gente acha que é exigível.

A procuradora do Pará falou: “Doutor, você está falando aí de educação, saúde, transporte, o que você tem de acordo?” Eu falei: “Ó, doutora, com todo o respeito, eu estou feliz de estar aqui discutindo esse assunto com você, porque eu não acreditava que vocês iriam querer acordo. Como que você vai me exigir que eu traga aqui um problema de 40, 50 anos aqui numa tarde que foi improvisada?” Então nos deram um prazo de 30 dias.

E eu já deixo de antemão, doutora Caroline, que é da PGE, que vai trabalhar junto com a Assembleia para peticionar, a gente pediu uma possível prorrogação de prazo, porque eu acredito que esta audiência vai ter muito encaminhamento, vai ter muito fruto, mas a gente vai precisar de tempo para lapidar essas informações e juntar...

Se nós mandarmos uma minuta de acordo malfeita, nós estamos precluindo o direito depois de requerer qualquer outro pedido. Ponto. Então acho que a prorrogação é importante.

E aí, na sequência, eu fiz esse roteiro da audiência para a gente poder ter uma objetividade melhor no encaminhamento.

(A APRESENTAÇÃO É FEITA POR MEIO DE SLIDES.)

O SR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE - Tem como passar a imagem, por gentileza?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Pode prosseguir.

O contexto que eu acabei de explicar, os 30 dias...

Pode prosseguir.

Tem um comando aqui para eu alterar aqui, Mariozan? Tem um comando que eu posso alterar aqui?

(FALAS FORA DO MICROFONE.)

O SR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE - Tá. Tá.

Então, assim, qual que é o resultado que a gente espera desta audiência? A gente vai identificar os problemas, os municípios e comunidades. Muitas vezes me perguntavam qual eram as comunidades afetadas, e eu não sabia responder, porque falta informação. A gente sabe o problema de forma genérica, sabe que Alta Floresta, Paranaíta e Guarantã são os municípios que mais sangram com esse problema, mas até hoje eu só tomei conhecimento da Gleba São Benedito e do Vale do XV em Guarantã. A gente precisa saber: qual que é a comunidade afetada? Vocês têm documentos? Vocês têm o custo, isso contabilizado? Qual que é a proposta de solução? E quem que são os órgãos que precisam participar necessariamente dessa solução de acordo?

Pode prosseguir.

Vai para o slide 4.

Então, assim, para a gente não ter esta audiência longa e sem resultado, a ideia é esta. O município vai falar: “Olha, eu vou ter um problema com saúde, transporte escolar, GTA animal, a nota fiscal. ” E a prova é importante para quê? Aqueles municípios, dos nove mato-grossenses, que queiram reembolso, e Paranaíta já entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal cobrando, só na área de saúde, 29 milhões - a doutora Nelma que está aqui, quero parabenizá-la pela condução desse trabalho. É importante ter isso documentalizado. Não adianta chegar e falar: “Olha, eu estou gastando com transporte escolar”. “Mas você tem prova? Você tem documento? ” A prova é constitutiva do direito de reembolso.

Vai ter situações em que o Pará, por exemplo, não vai conseguir atender comunidades por conta do isolamento geográfico, e aí vai vir o instrumento da compensação. Mato Grosso continua prestando o serviço, mas vai ser ali, mês a mês, compensado, que é diferente do reembolso, que são gastos que já aconteceram.

Pode prosseguir. Pode pular.

A gente já identificou aí, no item VI, saúde, educação, transporte escolar, assistência social, segurança pública, até IML a gente tem que discutir, prestação compartilhada de serviços.

Pode prosseguir. Pode ir para o 9.

O 9 é um ponto que nos chamou a atenção, a questão da sanidade animal, que é algo que está gerando perda de competitividade para os produtores da região norte de Mato Grosso. Sobretudo para a região da Gleba São Benedito, a gente tem dado uma atenção especial, aqui está o presidente Cacá, que nos recebeu muito bem lá em Paranaíta, explicando que aquela região, que depende estruturalmente de Mato Grosso, ela está num contexto de bloco econômico, e aí eu queria que a PGE tomasse conhecimento disso, doutora Caroline, doutor Aníbal, onde eles não podem se habilitar para mercados internacionais, porque formam o bloco do Norte, o bloco do Estado do Pará, enquanto Mato Grosso tem essa habilitação. Isso gera uma perda de competitividade e um retrocesso econômico para a região.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Então a ideia é, através da Ride, do senador Wellington, a doutora Nelma também, procuradora de Paranaíta, tem uns encaminhamentos da Ride que podem resolver esse problema. A gente criar ali uma zona de integração administrativa especial para suplantando esses problemas.

Pode prosseguir para o ponto 10. Esse é um dos pontos mais importantes, que mais prejudicam o setor produtivo, que é a bitributação.

O Orlando, que é o procurador, vice-presidente da associação da Gleba São Benedito, me apontou, por exemplo, que o produtor sai do Pará, paga 12% de nota, compra ali a carne em Mato Grosso; quando volta para o Pará, e precisa fazer uma transação de via dupla, ele acaba sendo bitributado, ele paga duas vezes, além do ICMS. Enfim, é uma situação onde os municípios, o setor produtivo sobretudo, já têm uma dependência, uma ausência de Estado, um vazio estatal, e eles têm que, por conta própria, fazer o que o Estado deveria fazer e não faz, e ainda têm a perda de competitividade, ou seja, os produtores que demorariam 10 anos para atingir um patamar de progresso econômico, eles vão demorar o dobro ou o triplo de tempo.

Então, assim, vocês são guerreiros lá, vocês são guerreiros, vocês têm o respeito de Mato Grosso por fazerem acontecer, permitirem que escolas funcionem, que eu sei que vocês têm esse trabalho na área da educação, por fazerem ali a parceria com Paranaíta para que essa população, essa região não fique tão prejudicada.

O item 11, o eixo 6, regularização ambiental, que isso já está sendo trabalhado lá. Nessa audiência técnica, já houve, sim, ali um encaminhamento para isso junto com a regularização fundiária.

Pode prosseguir.

Eixo 7 - Regularização fundiária... os cartórios já estão em trabalho.

O que que aconteceu? O ministro determinou que todos os cartórios juntassem - como que eu posso dizer - informações sobre os imóveis que têm do Pará que estão sob o registro de Mato Grosso, deu um prazo...

Ah, um ponto interessante, eles quiseram condicionar, por exemplo, que a discussão dos demais eixos, que hoje a gente tem esse prazo de 30 dias, só acontecesse depois que resolvesse a questão dos cartórios, a regularização fundiária. Eu falei: “Gente, isso aqui no mínimo tem que correr em paralelo com a regularização fundiária, porque imagina quanto tempo vai demorar para a gente conseguir regularizar todos os imóveis rurais para o Pará, para depois começar a discutir saúde, discutir educação e segurança pública?” Eu falei: “Não, isso tem que correr em paralelo, ao mesmo tempo.”

E aí, sob protesto e muita reclamação, colocaram que seria uma discussão em paralelo à regularização fundiária.

Pode prosseguir.

Eixo 8 - Crédito rural, garantias e cadeia produtiva.

Tudo isso que eu estou passando, eu queria que cada um dos representantes, dentro da sua expertise, falasse: “Olha, isso aqui eu tenho uma experiência, eu tenho um encaminhamento, eu tenho esse problema e tenho prova.”

Então a ideia da audiência técnica é, no final, nós termos uma audiência gravada, uma ata, que a dona Olga, do Cerimonial, vai elaborar. Isso vai ajudar a Procuradoria do Estado, junto com as informações da Assembleia, a protocolar no processo, pedindo ali as nossas exigências.

Pode prosseguir.

Governança de transição.

Pode prosseguir.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Eu deixei no item 15 ali umas linhas com algumas informações: qual que é o problema, para a gente poder ajudar a Procuradoria do Estado a fazer a melhor petição possível. Como eu falei, é uma petição preclusiva. Se uma vez nós não esgotarmos o assunto, não teremos outra chance, em termos de acordo, para discutir isso.

Mas eu queria já encerrar, Deputado, deixando bem claro que a questão da divisa não está resolvida. A questão da divisa, enquanto a gente está trabalhando para neutralizar os efeitos negativos - viu, doutor Jonavan? -, enquanto a gente está trabalhando para ajudar lá a Gleba São Benedito, a gente também tem se detido, eu e o doutor Ricardo Riva chamamos o professor Aníbal, que é uma figura folclórica aqui em Mato Grosso, professor da UFMT, trabalhou na Fundação Cândido Rondon, é uma história viva de Mato Grosso, nos trouxe informações... o Mariozan, também quero parabenizá-lo, o Mariozan trouxe um mapa da divisa na porção leste, porção leste, estou falando da Ilha do Bananal.

Durante 18 anos, Deputado Nininho, a gente discutiu se era cachoeira, se era salto, e ficou naquele pingue-pongue... cachoeira, salto; salto, cachoeira. E a Ilha do Bananal ficou ali *in albis*. Ninguém falou da Ilha do Bananal.

Quando a doutora Bruna me passou o mapa dos imóveis que estão acima de Vila Rica, em Santana do Araguaia, né? Conceição do Araguaia? Santana do Araguaia? Pará já. Ali tem um primeiro degrau de imóveis e tem um segundo degrau, que está 100 quilômetros para cima, lá na divisa leste, à direita para quem olha de frente.

E quando eu coloquei isso lá na mesa da audiência técnica, a juíza federal, doutora Camila, falou: “Por que que tem esses imóveis lá em cima, bem acima da divisa?” Eu falei: “Então, doutora, esse mapa aqui é um mapa de 1952, de Rondon.”

E aí os procuradores do Pará pediram para ver aquilo ali. “Mas por que que tem esses imóveis lá em cima?” Eu falei: “Então, porque a gente tem problema também na porção leste, na Ilha do Bananal, tem problema ali.”

Na hora eu senti o desespero deles. Eles falaram assim: “Não, mas isso aqui foi discutido no processo.” A outra procuradora falou: “Não, isso aqui não foi discutido.” Aí eu falei: “Essa é a questão, isso não foi discutido, isso é um fato novo. E todos nós do direito sabemos que fato novo é constitutivo de direito a uma ação rescisória.”

Então, assim, se essa ação rescisória não prosperar, se o acordo não prosperar... e o ministro Flávio Dino, ao encerrar a audiência, ele falou, ele foi categórico, nos três minutos finais, quando estava todo mundo já saindo, ele falou: “Se o acordo não prosperar, eu vou reabrir a discussão da divisa.”

E se ele não reabrir a discussão da divisa, nós vamos entrar, com a parceria do Estado, como sempre foi, com uma ação nova, porque nós temos provas novas, que a divisa leste, na Ilha do Bananal, também está errada. E não são 2 milhões de hectares que Mato Grosso foi prejudicado, são 5 milhões de hectares.

E o ministro Flávio Dino - não estou falando porque nós somos os autores -, o ministro Flávio Dino disse que essa tese de Mato Grosso não é absurda. Ele falou: “Mato Grosso não está agindo de forma irracional com essa ação, tem razão de ser essa ação.” E ele falou: “Não vou encerrar o processo aqui, não vou julgar prejudicados os embargos de declaração, porque eu sei que isso não vai resolver o problema, o que vai resolver o problema é o acordo.”

Mas o acordo resolve parte do problema, ele não resolve o nosso direito, o nosso direito sagrado, a nossa terra, que foi delimitada por Marechal Cândido Rondon.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Então, Deputado, eu quero deixar aqui a palavra da Procuradoria, do nosso compromisso, que nós vamos discutir a divisa, sim, mas no momento oportuno.

Encerrada esta audiência, protocola-se a petição de acordo, nós vamos marcar uma nova audiência para levar esses documentos novos, para levar o material que eu vou buscar no Rio de Janeiro agora, na semana que vem, as cópias originais dos mapas, e sobretudo as cadernetas. Essas cadernetas, que ninguém falou, no processo não tem... já para encerrar, peço desculpas pelo alongamento da fala... as cadernetas lá falam de salto, cachoeira, coordenada. No mapa, na convenção, não tem coordenada, só fala salto e cachoeira, salto e linha divisória. Lá fala de coordenada, essa coordenada é fundamental para falar: “Ministro Flávio Dino, antes da convenção, em 1900, em 1899, já tinha coordenada”, ou seja, é uma prova cristalina do direito.

Então eu estou confiante de que o acordo vai sair. Se não sair, que bom que não aconteça esse acordo, porque vai deixar claro para o ministro Flávio Dino que nós estamos de boa-fé, cuidando de uma terra que não é nossa, cuidando de pessoas que não são nossas, mas que são mato-grossenses. E o Pará está de má-fé, querendo terra e não querendo cumprir sua responsabilidade. Se o ministro entender que existe boa-fé nossa e má-fé deles, ele vai reabrir a discussão da divisa.

Então, Deputado, eu espero que a audiência seja produtiva nesse encaminhamento que foi sugerido, cada município dá o seu diagnóstico, e a gente encaminha o acordo na sequência.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, doutor Bruno.

E dizer, Bruno, que com certeza eu acho que neste momento nós temos que ir para essa audiência com o intuito de uma conciliação, um termo de cooperação para resolver de imediato esse caos que está hoje instaurado, questão sanitária, questão tributária, e que está trazendo um transtorno muito grande.

Agora, eu não sou de acordo, em momento algum, de nós amarrarmos dentro desse TAC ou qualquer coisa que for firmado, Osmar. Nós não podemos ali deixar o direito nosso de buscar rever a divisa do Estado.

Eu tenho convicção e certeza de que, se nós correremos, tem que... acho que o Estado, agora pelo menos tem se proposto a cuidar disso com mais prioridade, eu não tenho dúvida, porque nós temos já alguns documentos que deixam isso bem claro, nós temos algumas informações, e quando você pega esse mapa é muito claro - e eu quero até agradecer aqui à doutora Lígia, à Bruna, que localizaram, junto com o nosso assessor Mariozan. Porque nós estávamos procurando o mapa da divisa do Pará com Mato Grosso e não nos atentamos que tinha o limite do Município de Chapada dos Guimarães, que foi criado até aquele limite que já existia, do Estado do Pará.

E o limite que foi criado foi lá no salto - é salto, né? -, que está o traçado que estão usando... é Sete Quedas, né? Lá em cima é o salto. E é muito natural, é só observar, um homem como Marechal Cândido Rondon, quando foi marcar o limite dos Estados, saiu do Salto Augusto, numa linha reta... do Salto das Sete Quedas, e ele saiu reto lá na Ilha do Bananal, então, na jusante da ilha.

Então, lá também, a gente estava trabalhando uma linha que vinha descendo até a ilha, mas não, o ponto é mais em cima. Se nós seguirmos esses pontos, é onde vai dar aí, Chico, um total de mais de 4 milhões de hectares.

Então não tenho dúvida alguma de que esse limite foi equivocados. Na verdade, quem induziu ao erro foi a Base Aérea, o Exército, com um francês, que não sei o que ele era na ordem do dia, que acompanhou as informações dele quando delimitou, que se criou essa confusão. Então eu acho que nós vamos ter, sim, que trabalhar e rever essa situação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Eu vou passar agora aqui ao meu colega, meu amigo, Deputado Diego Guimarães.  
Eu quero pedir... alguém da plateia que quiser fazer o uso da fala que se inscreva aí com a nossa assessoria; quem tiver algo a contribuir, está à disposição.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Quero só cumprimentar Vossa Excelência, Deputado Nininho, parabenizar o senhor pela condução. Quando o senhor falou de fazer audiência, eu falei: “Conte comigo, vamos fazer juntos, não vejo alternativa senão estarmos todos unidos.”

Cumprimento todos os prefeitos, vereadores, servidores também, sejam da prefeitura e do Intermat, que estão aqui conosco, a Procuradoria do Estado; também o nosso Escritório de Representação em Brasília, doutor Juliano, que está aqui também; e, em especial, a nossa Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, doutor Bruno e doutor Ricardo Riva, parabéns pelo belo trabalho.

Eu só faço... eu quero também fazer aqui uma breve fala sobre aquela audiência, aquele dia, porque eu também saí muito incomodado, doutor Bruno. E parabéns pelo seu posicionamento aqui, porque lá eram dois minutos improrrogáveis para você falar de um problema de 100 anos, né? (RISOS) Se tratar de um momento...

Eu acho que o prefeito Osmar teve a sapiência de conseguir ali fazer um breve resumo, com muita sinceridade, muito coração, do que é o sentimento dessa população, desses brasileiros que moram nas regiões afetadas.

E nós percebemos, até depois, pelas redes sociais, que a verdade é que o Pará estava em um ato político, eleitoral, do ex-governador Helder Barbalho e também da Hana, sua governadora. Eles estavam ali para querer falar que eles venceram e divulgar a vitória de um governo forte. Na verdade, eles perderam. Porque o que eles queriam era sair dali com uma afirmativa de que o Estado de Mato Grosso iria retirar a ação, e eles tentaram isso ao longo da audiência de conciliação. E o que eles queriam era, primeiro, que o Estado retirasse e, segundo, que eles pudessem comemorar. Tanto é que eles comemoraram... a rede social, quem assistiu a do Pará... eu falei: “Meu Deus do céu!” Nós parecíamos mais que nós estávamos vivendo outra realidade senão aquela que realmente aconteceu dentro daquela sala no Supremo Tribunal Federal.

E nós, sabedores da verdade e também da responsabilidade que nós temos pelos municípios e também por esses brasileiros e brasileiras, damos sequência a esse trabalho.

A única coisa que eu peço, doutor Bruno, salvo engano foi passado para a gente dar sequência ao trabalho propriamente dito, foi passado um dever de casa às autoridades dos municípios. É tarefinha, né? Tarefinha, dever de casa para os prefeitos para que fizessem os levantamentos e nos apontassem. E o questionamento que faço ao senhor: quais municípios já responderam? E aqueles que não responderam, para nós ajudarmos a cobrar, para que a gente possa dar sequência a esse trabalho.

E parabenizo mais uma vez o trabalho de todos. Contem com a Assembleia Legislativa, o Deputado Nininho, o Deputado Diego, a Deputada Janaina esteve lá naquela audiência também, o Max. Eu tenho certeza de que todos nos apoiam nessa demanda, afinal de contas não dá mais para a gente permitir esse senso de ausência do Estado.

O Intermat é fundamental também, seu Rufino, parabéns, obrigado. Eu vi que o Governo do Pará lá começou a acelerar, falou que agora eles vão regularizar, né? Coisa que aqui em Mato Grosso, eu acredito que Vossa Excelência já teria tocado isso. Porque é uma necessidade, gente, não dá mesmo, é um sofrimento sem igual, um cenário de incerteza, de insegurança jurídica, que não dá mais para perpetuar.

Então é só esse questionamento que eu faço.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

E estou à disposição, doutor Bruno, para poder ajudar nas cobranças, poder auxiliar naquilo que for preciso.

E, mais uma vez, parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, meu colega Diego Guimarães.

Ali está o slide do mapa. É só observarmos aí onde está o equívoco. Não existe... Você acha que o Marechal Cândido Rondon, na época, Diego, ele iria criar esse dente? Era muito natural sair numa linha reta, saindo até a divisa de Tocantins. Então esse aí é o grande equívoco.

E eu sempre digo, Diego, que tem uma coisa que me chama a atenção. Eu nunca vi, seu Serafim, eu não vi nenhum limite de Estado que foi demarcado com picadas. E esse dente, quando criaram esse dente, que marcou onde hoje está sendo respeitada a divisa... Eu, em 1986, nós compramos uma área lá e não sabíamos nem onde era direito. Comprei uma máquina de esteira aqui na Turim Oeste, uma D14 CS... levou para lá e entrou pela fazenda Vaca Branca, Chico, que é Mato Grosso, e ela pega o fundo com o Pará. E ali existe até hoje, se sobrevoa, teve semana... tem um picadão aberto de motosserra, Chico - o Chico conhece. Eu nunca vi isso, o Estado demarcar... naquela época, Chico, não tinha... só manual mesmo; e de motosserra abriram um picadão, demarcando essa divisa. Então ali já existia uma intenção de... como adentraram Mato Grosso, de querer deixar uma linha para que não fosse ocupado o outro lado dela.

Então eu não tenho dúvida de que se nós buscarmos todas as informações e retomarmos essa discussão, pode demorar alguns dias a mais, mas nós vamos ter o êxito de incorporar novamente essas áreas ao nosso Estado, tá?

Então quero aqui passar agora, está inscrito aqui o nosso prefeito Osmar, para que faça o uso da palavra.

O SR. OSMAR ANTÔNIO PEREIRA - Quero cumprimentar o nosso Deputado Nininho, os nossos procuradores da Assembleia, doutor Ricardo e doutor Bruno; o Cacá, aqui da Gleba São Benedito; e, em nome de vocês, o prefeito Chico Gama, o prefeito Casciano, o Deputado Diego Guimarães, nosso diretor-presidente do Intermat, doutor Serafim, e todos aqui presentes.

Deputado, só voltando, talvez não sendo repetitivo, mas voltando um pouquinho à base do nosso assunto, que foi a audiência pública com o ministro Flávio Dino, eu quero dizer que talvez nós vamos ter que tomar algumas medidas diferentes quando foi na audiência.

Eu vejo que...

Agradeço ao ministro Flávio Dino pelo empenho. O ministro foi... eu acho que ele foi muito bem, uma pessoa centrada, equilibrada.

Mas, reforçando: há pessoas ali que não tinham o poder de estarem sentadas àquela mesa. Então eu fui questionado pelo Helder Barbalho, um candidato a senador, que não é nada hoje, e ele pediu a retirada de uma parte da minha fala da ata, né?

Então eu só achei que eu representava os prefeitos, e nesse momento eu fiquei constrangido. Mas, enfim, vamos... bola para frente, nós somos persistentes, nós não desanimamos, doutor Jonavan, nós não... se tivermos que sair de uma sala, a pedido de um juiz, nós saímos, mas nunca vamos deixar de entrar lá se pudermos participar. Eu acho que essa é a nossa função, o nosso trabalho. Então isso para nós é mais um episódio que aconteceu, mas eu sei que incomoda muita gente a nossa postura. Então vamos continuar firmes na caminhada.

E quero aqui dizer - está aqui a doutora Nelma, nossa procuradora, que entrou com ação lá. Eu volto a dizer que a gente teve talvez a coragem de entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal dizendo que nós estamos fazendo coisa que não poderíamos fazer. Talvez poucos tiveram essa coragem, mas eu acho que agora todos os prefeitos vão ter que tomar a mesma medida,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

até porque o rumo que nós tomamos... eu acho que o ministro até pediu para que isso acontecesse, né, Deputado? Então todos os prefeitos vão ter que tomar essa decisão. Eu vejo que, se não a tomarem, vai ficar difícil para nós continuarmos e até o enfraquecimento da própria conciliação.

Eu só não fico à vontade - e a gente sabe da boa intenção do nosso senador Wellington Fagundes em estar fazendo essa Ride -, eu ainda tenho uma dúvida jurídica que gostaria que os doutores esclarecessem para nós. Eu ainda prefiro ficar no STF com o nosso acordo. Porque você está trabalhando com um Estado, com um governo que não tem organização, que nem dentro dos serviços públicos que oferece às populações que estão perto das suas sedes, não oferece serviços de qualidade.

E, quando se faz um acordo dessa natureza, se não der certo - eu sei que tem um conselho -, mas se não funcionar, não sei se é ignorância da minha parte, depois nós vamos ter que voltar lá no Supremo e dizer: “Olha, não está acontecendo.” E, quando está tudo no Supremo, é o Supremo que está conduzindo o processo nosso.

Então eu aqui acho muito boa a intenção do nosso senador, válida, mas a minha opinião é talvez continuar, Deputado e procuradores, sendo o Supremo que vai continuar conduzindo esse processo.

E volto a dizer: eu acho que - concordo com o doutor Bruno, concordo com o doutor Ricardo, concordo com o Deputado - nós temos que continuar defendendo a nossa divisa, que ali é uma parte do território... E nós, os prefeitos, a gente não pode desistir nunca, e desistir, sabendo que está certo, que eles é que estão errados. Na minha fala lá, eu falei que o Supremo foi induzido a erro pelo Exército. E foi. Essa é a realidade.

Então agora parabeno o doutor Bruno, o doutor Ricardo e o Deputado pela insistência, pelo companheirismo. Eu tenho certeza de que essa região nunca vai se esquecer dos senhores - os prefeitos - pelo apoio que vocês têm dado para nós, nunca vai esquecer. E eu reconheço que se não fosse o seu apoio, Deputado Nininho, de fazer renascer esse processo...

Mas nós não vamos abrir mão. Temos tudo planilhado, até os quilômetros de estrada, o que nós gastamos na saúde, o que nós gastamos na educação, o que nós estamos gastando em segurança.

E temos só um questionamento a ser feito: veja bem, como é que eu faço uma Ride, como é que eu faço a conciliação em um Estado que não tem desenvolvimento? E nós temos desenvolvimento, nosso Estado chegou com o desenvolvimento nos quatro cantos deste Estado, com muito orgulho, em todas as áreas.

Então nós mapeamos pontes e bueiros...

E os investimentos que nós estamos fazendo no Município de Paranaíta - eu vou voltar ao meu exemplo de Paranaíta, porque eu tenho que pensar onde eu vou gastar o dinheiro e quanto de dinheiro eu vou gastar. Talvez eu vou ter estradas vicinais com investimentos maiores, talvez tenha prefeitos que tenham áreas menores, áreas que não precisam fazer estradas pavimentadas, pode fazer uma estrada mais simples; mas Paranaíta precisa fazer. Então os investimentos não são baratos. Então talvez o custo das minhas estradas, nesse levantamento, prefeito Casciano, vai ser diferente. Não é porque eu sou diferente, é porque a necessidade de cada região é diferente.

Então esse cuidado nós vamos ter que ter, esse planejamento tem que ser certo, correto, e eu tenho que pensar: eu vou fazer um planejamento, Deputado, para os custos que eu vou ter nos 180 mil hectares de áreas abertas dentro do Município de Paranaíta, que hoje tem a Gleba

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

São Benedito? Nós vamos fazer um levantamento técnico - que já estamos fazendo -, mas agora vamos fazer também das nossas estradas que não estão 100% completas, que vamos fazer agora.

Nós vamos fazer, prefeito Chico Gama, estradas pavimentadas, estradas que, se precisar fazer uma prestação de contas de bueiro, ponte ou cascalhamento, não tem problema, nós vamos fazer, mas nós vamos colocar no planejamento, Casciano, entendeu?

Então o Pará tem que entender: se ele quiser ficar com a área, se ele quiser fazer esse acordo, essa conciliação, não vai ficar barato, senão ele abre mão do território e nós vamos continuar brigando com unhas e dentes por esse território para que nós continuemos, Deputado Diego Guimarães. Porque esse território é nosso, não é do Pará!

Então era isso o que eu queria falar, Deputado, para que nós tivéssemos esse cuidado na hora de nós fazermos o planejamento, para que não fosse um planejamento que amanhã nós nos arrependêssemos dele, ou que amanhã eu deixasse de fazer, Cajuru: “Ah, eu não posso deixar fazer porque o meu planejamento... não foi o que eu achava que tinha e eu não posso fazer sua estrada” ... Porque daí eu estou assumindo! E, se for para assumir, nós vamos ter que assumir com igualdade, vamos atender aquela população igual a população de Mato Grosso é atendida.

Era isso.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, prefeito Osmar.

E aqui, Osmar, eu acho que o maior objetivo, Chico, Casciano, os prefeitos que aqui estão nesta audiência, é nós podermos... agora tem que cada prefeitura pegar os técnicos e fazer um levantamento, Chico, desses investimentos para nós pormos no papel um número, nós temos que chegar na próxima audiência com o Flávio Dino com números.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Pará vai recusar qualquer proposta, eles não estão a fim de colocar um centavo para compensar essa situação.

Mas eu estou gostando muito do comportamento do ministro Flávio Dino. Eu confesso que estou surpreso com a postura dele. E ele não vai abrir mão, ele não vai deixar por menos, ele vai pedir para reabrir a ação, ele não vai aceitar o Pará fazer de conta e ficar colhendo os frutos e deixar o ônus para Mato Grosso.

Então eu acho que essa é uma das coisas que nós precisávamos definir aqui, Bruno: qual é o prazo, mais ou menos, que nós tínhamos que ter esse levantamento de todos os municípios, para poder participar da próxima rodada de conversação com o Flávio Dino? Não foi marcada ainda, né?

O SR. DR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE - Não.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Mas ele deu um prazo de quanto tempo aproximado?

O SR. DR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE - Deputado, nós saímos daquela audiência com o encaminhamento de, em até 30 dias, juntar as exigências do acordo. Eu considero esse prazo muito - mas muito - curto, que encerraria dia 10 de julho.

Eu acho que a doutora Caroline já está aqui, a gente poderia trabalhar com a PGE para pedir a prorrogação. E aí, nesse meio tempo, ele ficou de redesignar uma nova mesa técnica, que eu gostaria que a Assembleia dessa vez tivesse espaço garantido, não no improviso como foi da última vez. Eu acho que seria um encaminhamento que a gente teria que fazer.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Vamos então... eu acho que o passo importante é os municípios fazerem aí os seus levantamentos, porem os números para nós chegarmos

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

e termos o que apresentar, né, Osmar? Para nós fazermos a nossa parte e aguardarmos os próximos capítulos, como disse.

Eu não tenho dúvidas, Osmar, que nós, indo para a discussão, e se fizer... se a Justiça julgar corretamente, tem elementos suficientes para isso acontecer e voltar a incorporar a Mato Grosso a área.

Ali, em Vila Rica mesmo, tem um vereador que nós precisamos convocá-lo, porque ele trabalhava numa propriedade rural de pecuária e ele encontrou, lá dentro, no meio da propriedade, um marco de cimento com as coordenadas e tudo. Então isso tudo são provas concretas que tinha um limite.

Ali embaixo mesmo, na Cachoeira das Sete Quedas, o Blairo me dizia um dia, aí ele comentou, ele falou: “Nininho, veja o que é a inteligência de um homem. Há tantos anos, foi aqui a pé, subindo, arrastando o barco, foi lá e cravou com uma bússola um marco. E, quando estava se discutindo essa questão, foi um perito lá e encontrou cujo marco lá nesse local.”

Mas daí foi o que ocorreu: a Justiça nomeou o Exército, o Exército não tinha interesse de ficar pertencendo a Mato Grosso, até porque... na verdade, eles estão um pouco chateados, porque essa área aqui, próximo a Alta Floresta e Paranaíta, foi uma ocupação que teve, é uma área de mais de 300 mil hectares, e depois de muitos anos que estavam lá dentro, foram ver que era a Base Aérea do Cachimbo. E aí o Fernando Henrique fez um decreto na época e desmembrou essas áreas, e o Interpa do Pará titulou, foi lá, e em 2002 entregou os títulos definitivos para mais de 80% das pessoas que ali estavam. Então o Exército, com certeza, não queria, não tinha interesse em participar de Mato Grosso.

Agora, eu vou passar para fazer o uso da fala, ele está on-line, o Fábio Henrique, assessor institucional do Município de Novo Mundo. Eu peço para a assessoria que abra o link para que ele possa fazer o uso da fala.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE ALVES - Boa tarde a todos.**

Cumprimentando o Deputado Nininho, cumprimento todos os presentes, especialmente os parlamentares estaduais, federais, municipais; e cumprimentando o prefeito de Novo Mundo, Casciano, cumprimento todos os prefeitos presentes.

Essa questão ficou para mim... eu tinha até feito um arrazoado, porque depois das palavras do senador Wellington e do doutor Bruno as coisas se tornariam redundantes, então eu vou trazer novos pontos que não foram discutidos aqui ainda.

Primeiro, eu vou agradecer e trazer a experiência que eu chamo de “chão de fábrica”. Eu sou morador aqui de Guarantã do Norte, cheguei em 2005 neste Estado e iniciei um estudo dessa questão do Vale do XV, como todos sabem aqui na região. E agradeço a confiança de toda a população que me confiou dezenas ou senão centenas de ações. Então o que eu vou falar aqui é o que eu vivi, é o que eu senti, que a gente chama de “chão de fábrica”, né?

Então o que ocorre? O Deputado Nininho tem total razão, o Estado do Pará não quer nada com nada. Qualquer proposta que a gente fizer, eles não vão querer. E, se aceitarem, não vão cumprir.

Aproveito também para lembrar que, na audiência pública lá em Brasília, as palavras do prefeito Osmar, o qual eu parabenizo, machucaram muito eles. Machucaram por quê? Porque ele falou a verdade.

E aqui eu trago um fato que ninguém falou ainda no processo: o Estado do Pará descumpriu uma liminar do ministro Marco Aurélio, por mais de 10 anos, de forma deliberada. E isso precisa ser aventado lá.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Mas eu trago aqui uma ponderação, até tive a oportunidade de escrever um artigo no *HiperNotícias*, do grande jornalista Kleber Lima. Obrigado pelo espaço, Kleber. Eu estou convencido de que um dos caminhos é a Ride - Região Integrada de Desenvolvimento. Por quê? O Governo Federal, no passado, falava que precisava “integrar para não entregar”, e essa população foi lá e serviu de bucha. A Ride envolve o Governo Federal, então, necessariamente, essa solução também tem que ter a mão do Governo Federal.

Mas, voltando ao que o Deputado Nininho disse, vejam só: eu imagino, quem esteve lá em Brasília, eu imaginei uma cena, o Marechal Rondon rolando no túmulo de tanta inverdade que foi dita lá.

Então, assim, o Município de Novo Mundo tem uma proposta objetiva na perspectiva de colaboração. E quem colabora não são só os agentes do processo, o Judiciário também, e não poderiam ter feito escolha melhor do que o ministro Flávio Dino. Flávio Dino, para quem o conhece, para quem conhece a sua história, sabe que não poderia ter sido feita escolha melhor. Então não tem jogo perdido, o processo ainda está andando, e a sugestão do município do qual vou falar em instantes...

E peço o apoio de toda a Assembleia Legislativa, dos deputados, dos parlamentares federais, dos vereadores, da população, especialmente dos prefeitos aqui da região, prefeito Paulistinha; prefeito Bruno, de Matupá; o prefeito Márcio, de Guarantã; nós, de Novo Mundo, já apresentamos a proposta; o prefeito Casciano já está firme e forte; o prefeito Chico, de Alta Floresta; o prefeito Osmar e tantos outros.

A nossa sugestão é simples e objetiva e tem previsão no Código do Processo Civil. Eu tenho certeza de que, pela característica e pela sensibilidade do ministro Flávio Dino, ela vai ser acatada se tiver uma grande mobilização. Porque eu acho - eu acho não, eu tenho certeza - que é um dos maiores erros judiciais cometidos no país. O STF foi induzido a erro, mas o jogo não está perdido. Se não der uma conciliação, o STF pode rever ainda a decisão, porque tem recursos pendentes.

Então a proposta do Município de Novo Mundo é no sentido da realização de uma inspeção judicial na região a fim de que o egrégio Superior Tribunal Federal possa constatar *in loco* a complexa realidade humana e social vivenciada pelos munícipes dessa região.

E aqui eu aproveito e desmembro mais duas sugestões para nós aqui: eu acho que tem que ter uma audiência pública aqui em Guarantã e tem que ter uma audiência pública lá em Paranaíta.

Quanto à inspeção judicial, primeiramente é uma possibilidade de trazer o Estado brasileiro a dar uma resposta para essa população. Não se trata só de mapas e de terra; trata-se de seres humanos. Nós não podemos criar novos rostos de sofrimento lá, seja qual for a decisão. E a presença da autoridade judiciária máxima do país, ministros do STF, com certeza fará a diferença. E papel aceita tudo. Então, as inverdades que foram ditas lá na Assembleia, lá na audiência pública em Brasília, elas são combatidas com a verdade, e a verdade é a inspeção judicial. Nada melhor do que o próprio ministro Flávio Dino ver a mentira que contaram, de que pacientes de Guarantã vão lá usar o serviço público de saúde no Pará. Isso é uma grande falácia!

Então eu peço aqui o apoio de todos para aderirem a essa proposta, que já foi protocolada no processo. Eu agradeço à Procuradoria-Geral do Estado, que fez essa gentileza para a gente, nós não somos partes do processo, para que a gente faça uma inspeção judicial.

Vamos envolver toda a sociedade, vamos mostrar a verdade. E, se não sair um acordo, vamos à luta. Essa terra é de Mato Grosso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Muito obrigado a todos. Fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado ao nosso orador, que ora fez parte usando a fala aqui, trazendo também... contribuindo.

Agora, quero passar aqui ao nosso procurador do Estado, procurador da Casa Civil, doutor Aníbal, para que faça o uso da palavra.

O SR. ANÍBAL DE CASTRO PASSOS RAMOS – Boa tarde a todos.

Cumprimento, rapidamente, a mesa em nome dos que falaram antes de mim: Deputado Nininho, Deputado Diego, doutor Bruno e demais representantes dos municípios.

Pedi a fala bem rapidamente para pontuar algumas coisas, fazer alguns reforços, sobretudo em relação a algo que já foi até dito, até comunicado.

E, por coincidência, fui questionado por uma amiga agora há pouco, Deputado, se estava representando o governador hoje. Respondi a ela que não, que tinha sido chamado como procurador do Estado, mas, a bem da verdade, a nossa função enquanto Procuradoria é representar o Poder Executivo.

Então, preciso enaltecer também a participação e o apoio em conjunto que recebemos da Assembleia e a grandeza e a importância que o Poder Executivo também tem dado a essa causa, e não temos nenhuma dúvida de que é extremamente sensível, de que é extremamente complexa. É histórico esse embate e é histórica essa conciliação.

E aí enaltecer também a minha instituição junto com a minha colega aqui, Carol, e dizer que vocês têm total apoio do Poder Executivo, dirigindo-me especialmente aos municípios aqui, na condução desse tema, não estão no polo ativo da ação rescisória, mas isso não significa, em nenhuma medida, que os municípios não precisam participar dessa demanda.

Isso está claro para todos, mas acho que o básico também precisa ser reforçado, então nosso total apoio enquanto Poder Executivo nesse trabalho, nesse desafio.

Para todos os que têm formação jurídica, acho que também não só para os que têm formação jurídica, enxergamos a solução conciliatória hoje como um desafio até maior do que a própria solução nas vias judiciais ordinárias. E, numa causa extremamente complexa, isso, vamos dizer, fica potencializado.

Então, de novo, o nosso esforço aqui para que todas essas complexidades, todas as situações jurídicas que envolvem essa causa, Deputado, possam ser trabalhadas de maneira específica, de maneira detida, de maneira precisa.

Doutor Bruno, para mim há um ponto importante em relação a essa questão da prorrogação do prazo, nós, enquanto Procuradoria, não temos óbice de fazer esse pedido caso ele seja necessário, acho que ele já se mostra necessário.

Mas o que precisamos também ter em mente é que o Judiciário, enquanto condutor dessa solução conciliatória, é quem vai dizer se esse prazo vai ser prorrogado ou não.

Portanto, a minha fala também foi pedida para que eu reforce para os municípios a necessidade que o Estado tem de acessar esses dados de maneira mais detida possível, e eu sei que para os municípios esse é um grande desafio.

O slide que o doutor Bruno apresentou continha cerca de 11 eixos, então cada um desses eixos se desdobra em diversos documentos, que, muitas vezes, não são de fácil acesso.

Enquanto estávamos pensando aqui, tive uma ideia e vou tentar dinamizar isso internamente pela Casa Civil, de fazermos um formulário base de documentação que precisaria... Mínima, claro que ela pode ser mais ou menos, a depender do caso, e que a ausência de um documento ou outro pode ser justificada pelo município.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Mas, talvez, se criássemos um formulário base, fizéssemos um ofício circular para os municípios, para tentar auxiliar e até padronizar, como doutora Carol está falando aqui, o recebimento dessas informações, para que um município não preste muitas informações, enquanto o outro ficou mais defasado, não propriamente por culpa dele, mas por uma dificuldade prática do dia a dia administrativo.

Então, deixo esta sugestão aqui, de que me proponho a tentar executar pela Casa Civil... De que façamos um ofício circular com a documentação que entendemos que é básica, para tentar auxiliar o máximo possível.

E os nossos canais, enquanto Casa Civil, ficam abertos, não só Casa Civil, todas as pastas que estão envolvidas nisso, acho que posso falar por todos, e auxiliar todos nesse ponto da solução conciliatória.

Enquanto isso, vamos pedir essa prorrogação de prazo, ver se ela acontece, mas ainda me parece importante dizer que falar sobre prorrogação de prazo não significa dizer que não devamos tratar isso com urgência máxima, porque esse prazo já está correndo, ele foi realmente curto, e temos um pequeno risco de isso não ser prorrogado, e, se não for prorrogado, precisamos atender mesmo assim.

Só por isso que pedi a fala, para fazer esse reforço, contem com o Poder Executivo. De fato, vim como procurador, mas tenho absoluta certeza de que toda a gestão do Poder Executivo está empenhada também e de portas abertas como os nossos colegas da Assembleia aqui e dos municípios, para tentar conduzir isso da melhor forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, doutor Aníbal.

Agora, passo a palavra à doutora Nelma, procuradora do município de Paranaíta, peço que possa se dirigir... Oi?

O SR. DIEGO GUIMARÃES – Deputado Nininho, só um apontamento.

Com relação à possível prorrogação de prazo do qual o pedido será protocolado. Primeiro, deixo um alerta, acho que o doutor Bruno também e a Procuradoria do Estado têm essa ciência, de que é um pedido, temos que trabalhar com o prazo que nós temos em mãos, que é o dia 10.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – É...

O SR. DIEGO GUIMARÃES – Nós temos que trabalhar com esse prazo de dia 10, sob pena de amolecermos, darmos aquela relaxada acreditando que nós temos um prazo maior, ninguém aqui falou ainda que há um novo prazo.

Segundo, não sei qual é o prazo que será pedido, mas até pela urgência do caso, a necessidade e nós mostrando o nosso interesse, essa prorrogação tem que ser um prazo bem razoável, bem mínimo mesmo, para que não percamos o foco de apresentar o quanto antes os nossos argumentos e a nossa proposta.

E outra questão que trago também, só antes de passar para a doutora... Desculpa, doutora, ter intervindo aqui, mas como é uma reunião, bem dizer, de trabalho, a dúvida que fica é se nesse possível acordo o assunto território, doutor Bruno, Procuradoria do Estado, seria suprimido?

Porque acredito que não, acho que resolvemos essa questão econômica e atendimento à população, mas a questão territorial continua em discussão, seria isso? Na ação rescisória?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

O SR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE – Perfeito, Deputado Diego, só para contextualizar. No processo, trata-se de um embargo de declaração dentro do agravo interno da ação rescisória da ação cível originária.

Parece complexo, mas o que estou querendo dizer, os embargos que protocolamos foram para sanar uma omissão na decisão que denegou o conhecimento da ação rescisória, rediscutir a divisa.

Nesses embargos, nós protocolamos junto com... O Estado é quem protocolou, com auxílio da Procuradoria da Assembleia, questões sobre a divisa territorial. Mas sabendo que a chance de êxito seria muito pequena, nós já atravessamos um pedido de conciliação.

Então, assim, a questão de mérito da divisa não foi analisada, o que foi analisado foi a...

O SR. DIEGO GUIMARÃES – A dúvida é... Porque o Pará... Tenho consciência, tenho ciência, na verdade, de que nós vamos fazer esse trabalho por boa-fé, como o senhor bem disse, e por uma tentativa.

Tenho convicção de que o Pará não vai ceder, difícil, mas vamos trabalhar com a hipótese, com a remota hipótese de eles... “Beleza, aceito, Mato Grosso, vou passar dinheiro para vocês”. Conhecendo a Administração Pública, como todos nós conhecemos, conhecendo a situação econômica dos estados e dos municípios, difícil eles aceitarem.

Talvez, nós vamos ter que buscar alternativas extras para tentarmos suprir isso, com o Governo federal, sei lá o que poderia ocorrer.

Mas, se houvesse um acordo, uma remota hipótese, o nosso posicionamento também tem que está alinhado com relação... Porque eles vão falar: “Beleza, aceito, mas o território é nosso”. Eles vão... Logicamente, um acordo é quando você entra... São cessões recíprocas, em que ambas as partes cedem para poder entabular um acordo, então é uma dúvida que fica também com relação a isso.

O SR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE – Fiquei com a mesma dúvida, só que, como temos fatos novos sobre a questão da porção leste da Ilha do Bananal, nós vamos resgatar lá no Rio isso.

A lei processual permite a partir do conhecimento da prova nova, que não estava nos autos e não está a rediscussão, porque há um prazo lá de 2 anos para entrar após o trânsito em julgado, mas sendo prova nova, da qual nós passamos a ter conhecimento agora, podemos trabalhar a tese de uma nova rescisória.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – É fato novo, né? Eu acho, Diego... Desculpa interromper, mas nós temos que agora agir rápido. Doutor Bruno, parece, está programando para semana que vem, né, Bruno?

O SR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Já para ir ao Rio de Janeiro e vai buscar três institutos lá, Diego, museu, onde é que tem... O Exército...

O SR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE – É o Museu Nacional, no Rio, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, diretoria de geografia do Exército, são quatro locais lá diferentes.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Quatro locais.

E as informações, porque lá estão as cadernetas originais do Marechal Cândido Rondon, e é tudo que nós precisamos, porque, com esse mapa que surgiu agora, com esse traçado de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

quando criou o município de Chapada dos Guimarães, que foi até esse limite... E nós encontramos as cadernetas, que vão trazer essas informações.

Acho que aí fica uma coisa muito robusta e que nós temos... Acho que todo o acordo, Diego... Nós não podemos fechar a porta do direito de rever a divisa. Nós temos que procurar fazer um termo de cooperação para que facilite a vida de quem está ali, mas não perdendo o direito e a prerrogativa de recorrer para rever a divisa do Estado.

Mas, agora, passo a palavra à doutora Nelma Sicuto, procuradora do município de Paranaíta.

A SR.<sup>a</sup> NELMA BETÂNIA NASCIMENTO SICUTO – Boa tarde a todos.

Cumprimento a mesa na pessoa do Deputado Nininho e já parablenizo a sua extrema competência e ajuda nesse caso... Bom, em vários casos, né, mas neste mais um.

Ao doutor Bruno, procurador; doutor Vinícius, que saiu, e ao nosso prefeito Osmar; os presentes cumprimento na pessoa do nosso presidente da Câmara de Paranaíta, o vereador Adimilson.

Tentando ser bem objetiva, Deputado, e trazendo aqui de forma também objetiva... Nesta audiência, nós teríamos em tese três pautas.

A primeira são os impactos financeiros... E trazer ainda nesse prazo processual delimitado pelo ministro Flávio Dino de 30 dias e, como diz muito bem o Deputado Diego, não está prorrogado esse prazo ainda...

Então, nós temos nove municípios que somos integrantes dessa área, vocês me desculpem, mas penso assim, esses nove municípios integrantes dessa área objeto desse litígio no Supremo, nós temos que trazer para a Procuradoria do Estado, para a Procuradoria da Assembleia, eu acredito também, o que foi determinado, abre aspas, pelo ministro.

Paranaíta, o que ela fez... Vou dizer isso apenas a título de contribuição. Em Paranaíta, faço o que o prefeito manda, e o prefeito Osmar me disse, a primeira coisa: “Doutora, eu simplesmente custeio todo o serviço público daquela população do Pará que está aqui na minha divisa, de Jacareacanga, tome as medidas judiciais necessárias”.

Primeira coisa, todo mundo sabe que, para o município custear as despesas de outro município, ele tem que ter, no mínimo, um convênio, um termo de cooperação. Jacareacanga já teve com Paranaíta só no ano de 2023, nunca mais que isso, até porque com isso nós instruímos o nosso processo, com documento público, abre aspas, de confissão de Jacareacanga e do Pará de que fazemos isso.

Enfim, o prefeito deu essa ordem e nós ingressamos... Doutor Aníbal, está dependente a ação rescisória. Nós ingressamos com a ação cível originária com pedido de tutela de urgência. Paranaíta já fez, Deputado Diego, o dever de casa, essa tarefinha de casa.

Ela já levantou o que ela gasta com a população de lá, pontualmente já sabe o quanto é retroativo e o quanto é mensal. Paranaíta entrou com ação cível, inclusive com pedido de tutela de urgência.

E, doutor Aníbal, doutor Bruno sabe disso, uma parte que acho muito interessante na nossa ação de Paranaíta... Bem explicado, não é do Estado, é de Paranaíta, exclusivamente, contra o estado do Pará e contra o município de Jacareacanga.

Ela entrou com ação cível originária no Supremo e nós fizemos um pedido subsidiário ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Fachin, de uma distribuição por prevenção a essa ação que está discutindo a divisa do Pará. Porque, querendo ou não, elas estão interligadas, pelo menos quanto aos fatos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

E uma boa notícia para todos os municípios que estão envolvidos, Chico, prefeito de Alta Floresta, é que o ministro-presidente do Supremo distribuiu por dependência, ou seja, ele acatou que os problemas, os impactos financeiros dos nove municípios envolvidos têm total relação judicial com a ação do Pará.

E ele distribuiu, o ministro Fachin aceitou essa distribuição por dependência, e mais, encaminhou ao ministro Flávio Dino, ou seja... O relator da nossa ação originária de Paranaíta contra o Pará é também Flávio Dino, e nesta ação o Flávio Dino já a despachou e já acatou tanto a relação, o ministro Flávio Dino, que suspendeu a apreciação da nossa tutela de urgência até a definição desse possível acordo entre os dois estados.

Então, isso é uma notícia que, acho, é processualmente, judicialmente importantíssima para os demais municípios, que essa ação nossa já abriu esse precedente para os outros municípios... Caso queiram ingressar, já vão conseguir também estar nesses autos.

E nesses autos de que forma, doutor Bruno, prefeitos? Para não passaram por aquela situação, daquela audiência em que vimos um ex-governador do Pará, que hoje não possui mandato, mas que estava naquela mesa, enquanto que os advogados dos autos não estavam, e fez o que fez com o prefeito Osmar, tá, e infelizmente... Se não fossem o Deputado Diego, o Presidente da Assembleia, Deputado Max, a Deputada Janaina, ninguém teria defendido o prefeito Osmar.

Bom, mas sem falar mais nisso, tentando ser pontual, Paranaíta tem hoje um pedido judicial, levantado, comprovado com documento público, de um ressarcimento integral no valor de R\$ 29.666.912,74 até o dia do ingresso da ação.

Ou seja, esse pedido, caso os municípios que estão aqui, os demais prefeitos quiserem... A título apenas de cooperação, tá, ninguém é dono da razão, mas passamos uma cópia para todos os municípios, caso os colegas queiram.

Aqui, nós já fizemos isso a toque de caixa e deu certo, já colocamos, já disponibilizamos e podemos disponibilizar também em PDF.

Vou deixar essa cópia aqui para o nosso Deputado Nininho e para o nosso procurador do Estado, doutor Aníbal, né? Aníbal, desculpe se não estou falando corretamente, mas, doutor Aníbal, nós já vamos deixar.

E isso aqui já está 100%... Nossa tarefa de casa de Paranaíta, quanto ao prazo processual de 30 dias, nós já cumprimos, Deputado Nininho, então não vamos dar causa a isso, a nenhum atraso.

O segundo tópico que foi trazido aqui, apesar de que já tínhamos essa informação, porque o prefeito Osmar me ligou um dia e falou: “Ó, o senador Wellington Fagundes está apresentando um projeto de lei complementar no Senado Federal, que chamamos de Ride desta região. Doutora, o que Paranaíta pode correr e fazer de forma correlata?”.

Paranaíta só pode falar da sua região e sua região chama-se Gleba São Benedito. Cada município tem seus problemas pontuais, tá, prefeitos? Paranaíta, Gleba São Benedito.

Sabemos, Deputado Nininho, que uma Ride é um projeto de lei que já aconteceu no Brasil, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, agora esse... Nem sabia, recebemos hoje, né, prefeito? Araguaia-Xingu, intitularam a nossa Ride de Araguaia-Xingu e ela já está tramitando no Senado.

Só que ela é uma lei... Tal qual a de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, ela é uma lei simples, é uma lei que traz, segundo o texto que eu recebi dela, regras gerais.

Contudo, não há nenhum óbice, até onde eu saiba, doutor Bruno, se eu estiver errada, o senhor me corrija... Ela pode ser mais completa.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Nessa premissa de ela poder ser mais completa e ela trazer no texto legal algumas situações que, de fato, resolveriam esse problema apenas em relação aos enfrentamentos, vamos falar da Gleba São Benedito, por que está passando hoje o município de Paranaíta.

Nós fizemos, Deputado Nininho, uma proposta de dispositivos legais para serem incluídos a título de, partindo da premissa de que já está em tramitação, um substitutivo legal para que seja incluso um capítulo neste projeto de lei com 11 sessões.

Ficou complexo, ficou prolixo, ficou longo, mas para nós, enquanto não é decidido essa divisa judicial... Nós temos que ter algo objetivo e concreto, senão vamos trocar seis por meia dúzia.

Também, vou entregar essa proposta para o Deputado Nininho, vou entregar a proposta para o nosso procurador e encaminhá-la ao senador, né, prefeito, que está tramitando... Não sei, ele já protocolou, já está tramitando, não sei nem se ele tem interesse; mas, assim, ele está nos ajudando muito, o senador Wellington Fagundes.

E essa proposta – doutor Jonavan, não sei se o senhor já leu, eu já disponibilizei – resolve, caso seja aprovada, já a situação sanitária e a situação tributária da nossa área específica, ela já traz em seu esboço 100% da solução dessa problemática por lei, porque ela se torna uma região especial, com tratamento especial.

Então, por exemplo, o gado que vocês da Gleba São Benedito, né, doutor, Kaká... Vocês têm que passar por toda aquela quarentena. Como ela vai ter um tratamento especial por lei complementar federal, vocês não vão passar por isso, porque elas vão seguir as regras do Centro-Oeste e não do Norte. A aprovação disso aqui é muito simples, eu acho muito objetivo, isso é uma solução simples.

Quanto à bitributação... Fica vedada também aquela bitributação, não vou me estender no contexto de cada dispositivo legal que se criou, mas está aqui também criado. Então, tecnicamente, Paranaíta, para a região dela, fez o seu dever de casa também quanto a esse projeto de lei que está tramitando no Senado.

Cada município que está aqui tem as suas peculiaridades, não sei se eles... Devem ter também a mesma situação de escoamento, não sei, também de bitributação, tudo, caso queiram também se utilizar da nossa proposta – gente, é uma proposta de dispositivos legais para que sejam incluídos por um outro senador nosso, enfim, para que isso transmite no Senado, no Congresso –, está aqui também à disposição, vou entregar. Então, também fizemos o nosso dever de casa.

E o terceiro assunto, que seria uma apresentação... Afora a questão técnica cartográfica, que é o objeto da ação principal, ela discute cartografia, eu sei que, se porventura não formos vitoriosos, o doutor Bruno, o Estado vai tomar as medidas e com certeza serão vencedores, porque estão com o lado da verdade, fato.

Mas também Paranaíta por ordem do prefeito Osmar. “Doutora, tem como contribuir com essa ação rescisória, mesmo nós não sendo autores da ação?”. Nós não somos autores da ação rescisória, mas somos terceiros interessados. Sim, prefeito. Então, deu uma segunda saída, talvez mais rápida, menos conflituosa, para tentar solucionar o mérito da ação da divisa do Estado.

E nós fizemos, e de forma audaciosa, doutor Aníbal, na ação do Estado, nós protocolamos uma petição dentro do processo do Estado na qualidade de terceiro interessado.

E nessa petição apresentamos uma ideia de acordo também, de que seria – e o próprio governador Pivetta falou na audiência – um plebiscito ouvindo apenas a população local. Tecnicamente, isso é viável, é possível, e nós apresentamos já essa petição.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

O que nós não apresentamos nos autos, e, se não houver nenhum óbice, nós iremos apresentar no auto da rescisória, seria o cronograma desse acordo que redunde em torno de 19 a 20 semanas, com prazo de cada etapa.

É óbvio, aquela audiência seria interessantíssima se isso aqui tivesse adentrado em pauta, porque a bancada federal e a bancada estadual, tanto do Pará quanto de Mato Grosso, estavam presentes, porque nisso aqui tem que haver participação até mesmo das Assembleias Estaduais.

Mas, enfim, é uma proposta, vou entregar também para o Deputado Nininho, vou entregar também para o nosso procurador, mas isso, acredito, também podemos peticionar nos autos na qualidade de terceiro interessado... Não sei, doutor Bruno, depois, se não houver nenhum óbice, nós conversando entre nós, tá.

Então, isso Paranaíta já fez, já fez 100% o seu dever de casa.

E esse cronograma também, esse possível acordo, proposta de acordo também está à disposição dos oito demais municípios, caso queiram também peticionar nos autos, então deixamos de modelo para vocês.

Lembrando que hoje tramita por dependência uma ação, que é de Paranaíta; se os outros oito municípios ingressarem, é óbvio que a chance desse acordo será muito maior. E o certo é que, se ingressarem, estou dando só uma sugestão, seja dentro desse prazo processual.

Então, para auxiliar, encaminharemos para os municípios, caso queiram e o jurídico de vocês assim entendam.

E queria só... Inclusive, isso está na justificativa da proposta, na fundamentação da nossa proposta para aditar, abre aspas, a Ride, seria um aditamento da Ride.

Queria passar uma situação, sei que os colegas já devem ter visto, mas o próprio Supremo Tribunal Federal já julgou e transitou em julgado uma situação que envolve esse assunto, Deputado Nininho, Deputado Diego.

Ó, como é interessante, o Supremo Tribunal Federal apreciou um recurso de Mato Grosso de nº 707707, ó, o número estranho, 707707, e ele examinou essa situação envolvendo um crime praticado na área pertencente ao município de Jacareacanga.

Na decisão do Supremo, transitado em julgado, já foi reconhecido que a realidade geográfica da região inviabiliza a total atuação jurisdicional a partir do Pará e destacou que a área possui ligação terrestre apenas com a comarca de Paranaíta.

Olha o voto do ministro relator nesse recurso transitado em julgado. “A fazenda em que se deu o crime não possui qualquer ligação terrestre com a comarca de Jacareacanga, no Pará, embora pertença a seu território. A única ligação terrestre do local é com a comarca de Paranaíta”.

A decisão ainda, gente, registra que da localidade à sede de Jacareacanga existe aproximadamente 500 quilômetros de reserva indígena e parques ecológicos, inexistindo ligação terrestre entre os dois pontos, sendo possível o acesso apenas por via aérea.

Diante disso, o Supremo determinou que todo crime praticado em Jacareacanga, naquela região da Gleba, seja obrigatoriamente... Ele obrigou Mato Grosso a investigar, instruir, e mais, a comarca de Paranaíta julgar. Então, o Supremo já reconheceu que aquela área não possui nenhuma relação com o Pará e, exclusivamente, com Mato Grosso.

Só lembrando uma pequena coisa, que isso me marcou muito, Deputado, quando uma mulher grávida da Gleba São Benedito entra em trabalho de parto, só vou falar uma pequena questão, para onde ela pode ir?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Só para Paranaíta, se ela for ganhar o neném dela, em trabalho de parto – uma, gente, uma vida –, em Jacareacanga, tanto ela quanto a criança morrem.

Então, quanto vale uma vida, uma, não vou falar de várias, quantas vidas Paranaíta, os outros demais municípios salvaram e o Pará nunca ressarciu um centavo. Por isso, nós ingressamos com a nossa ação e nós temos certeza de que nós vamos ganhar, de um jeito ou de outro, Paranaíta está ingressando independentemente de qualquer outra ação.

Então, agradeço muito a vocês, vou entregar essa documentação aqui e estamos à disposição para qualquer colega, qualquer situação, estamos à disposição para auxiliar, para sugerir, apenas para cooperar, não para dizer que sabemos mais, tá bom?

Muito obrigada e tudo isso que estamos fazendo é porque o prefeito Osmar deu a ordem em tempo hábil, né, prefeito?

Obrigada a todos, gente.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, doutora Nelma.

Com certeza, Paranaíta está muito bem inteirada e tem procurado fazer o dever de casa desde o primeiro momento.

Ainda, em tempo, quero até pedir desculpa, há o vereador Alexandre, que aqui representa o prefeito de Guarantã.

Alexandre, ainda em tempo, gostaria que você...

(O SR. IRMÃO ALEXANDRE DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – ...oi?

(O SR. IRMÃO ALEXANDRE DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – ...é, mas aí representando o prefeito também, parece, né?

(O SR. IRMÃO ALEXANDRE DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – ...a Câmara.

Gostaria que você pudesse compor a mesa, pega uma cadeira, sente aqui conosco, Alexandre, porque Guarantã é um município do qual nós vamos precisar muito também do envolvimento do prefeito, secretários, porque ali...

Acho que nesta região aqui mais ao Norte, onde nós estamos, aí Alta Floresta, Paranaíta, eu não sei... Casciano, Novo Mundo tem área ou fica somente a reserva da base?

O SR. CASCIANO MARTINS REIS – Só a reserva da base.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Então, vocês não têm problema de... Mas está no limite, né? Mas não tem que apresentar agora um laudo, mas Guarantã precisa, e é muito importante.

Quero ver, Chico... Porque nós vamos ter que nos debruçar em cima de Paranaíta, que já está adiantado, fazer Alta Floresta e Guarantã, desses municípios nós vamos ter que apresentar dentro do prazo, né, Osmar, que é até o dia 10, para não podermos o prazo para que seja revisto isso.

Em tempo ainda, quero passar aqui a Jonavan Oliveira, advogado da Agrodito, para fazer uso da fala.

O SR. JONAVAN DE SOUSA OLIVEIRA SILVA – Muito obrigado, Deputado. Cumprimento a todos os presentes.

Foram ditas algumas situações hoje nesta audiência pública que me chamaram atenção e concordo quando o prefeito Osmar Mandacaru fala sobre a Ride.

Doutor Bruno, até me causa uma certa preocupação porque há várias frentes de trabalho sendo discutidas, há a Ride, há a própria propositura da ação da doutora Nelma, por meio

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

de Paranaíta, há outros entendimentos, há a própria ação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, do Estado de Mato Grosso, na realidade.

E a preocupação que nós temos enquanto Gleba São Benedito é que... Talvez, a todas essas frentes de trabalhos seja dada sequência de forma paralela, para que nenhuma ação... Por exemplo, para que a Ride, é um exemplo, não trave as demais ações.

Entendemos que é interessante, doutora Nelma. A Ride, com certeza, se ela for feita de forma rápida, como tem acontecido em algumas regiões do País, seria de fato algo interessante.

Mas nós temos um caso aqui do Distrito Federal, por exemplo, que demorou 8 anos, então acredito que nós precisamos, de fato, de situações, de sugestões que, realmente, resolvam o nosso problema com certa rapidez, problemas sanitários, como o Cajuru vai explicar daqui a pouco, problemas fiscais, então os maiores gargalos.

Tivemos a reunião no STF e o que mais nos chamou atenção foi que o Pará trouxe ali o entendimento, trouxe uma possibilidade de acordo discutindo algo que nem é interessante para a nossa região, que é a questão de regularização fundiária.

Eles querem o quê? Já querem assegurar a parte dessas propriedades para eles ali regularizando por meio do Iterpa, mas que na realidade não é uma urgência da nossa região. A urgência da nossa região, como dito aqui, é questões voltadas à saúde, questões voltadas à sanidade animal, questões voltadas à segurança pública, essas são as questões mais urgentes em que nós devemos buscar ser atendidos.

Então, a preocupação, doutor Bruno, é esta, de que essas outras frentes de enfrentamento, de possibilidades de acordos possam trazer essa dificuldade ou até sobrestar, por exemplo, as ações que já estão em curso.

Então, essa é uma... Até... O senhor quer...

O SR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE – Doutor Jonavan, também compartilho da mesma preocupação do senhor, acho que é muita frente de trabalho, um problema que demanda muita investigação para pouquíssimo tempo.

Queria até aproveitar para sugerir para a Procuradoria-Geral do Estado, quando nós formos protocolar... Vamos fatiar esses assuntos, vamos colocar na frente o que é prioridade, como deve ser, e dar tempo para discutir o CAU, o Sigef, o licenciamento ambiental, a segurança pública.

Porque eu acho que há temas de que já temos muita informação, Paranaíta, talvez Alta Floresta e Guarantã, e fatiar esse assunto, porque achei que ficou muito ruim a cláusula da... Vou ler aqui o que ficou escrito nessa audiência técnica de que nós participamos.

“O Estado de Mato Grosso requereu prazo de 30 dias para apresentação de propostas adicionais de acordo nos termos da petição que postulou a realização da audiência conciliatória – nós pedimos inúmeras coisas –, e aí o Pará, em 30 dias subsequentes, analisará. Ao término do qual, será redesignada uma nova audiência.”

Acho que vai gerar um prejuízo para Mato Grosso levar tudo isso de forma mal estudada e precluindo o nosso direito de, depois, questionar sem possibilidade disso.

Então, vamos pelo menos, para não gerar risco de perecimento do direito, pegar dois ou três temas, a sanidade animal, que é um assunto importante, a bitributação, vamos pegar os nossos especialistas e fazer esse trabalho com a PGE para resolver isso agora.

E, na hora, já falamos: olha, esses outros temas não vão ficar prejudicados, eles só vão ficar dilatados para um outro momento.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

O que o senhor acha?

O SR. JONAVAN DE SOUSA OLIVEIRA SILVA – Então, perfeito, e até acho que essa pluralidade de enfrentamentos, de várias frentes é importante, porque o que sair primeiro... Ótimo, mas há esta preocupação, né, doutora Nelma, de demorar essa Ride, da aprovação dessa Ride.

Para a aprovação de uma Ride, nós dependemos do Congresso Nacional, nós dependemos da votação tanto dos deputados quanto dos senadores. Então, nós temos que avaliar também esta situação, de que nós dependemos do Congresso Nacional.

E mais, nós estamos trazendo a União para uma problemática que até hoje os estados não conseguiram resolver ainda. Então, nós vamos trazer uma nova parte para discutir um problema que se arrasta há anos. Era essa a preocupação.

Gostaria aqui de agradecer à Assembleia Legislativa na pessoa do Deputado Nininho; aos procuradores da Assembleia na pessoa do doutor Bruno, doutor Ricardo, que não têm medido esforços para ajudar a nossa região; ao prefeito Osmar Mandacaru, que, como tenho dito em todos os vídeos que gravamos, tem sido um anjo realmente para aquela região, por meio ali também da procuradoria, da doutora Nelma; ao Kaká, o Carlos Cavalcante, que tem sido um baita de um presidente ali, juntamente com o nosso vice-presidente, Orlando.

Então, é isso, pessoal, agradeço a oportunidade e vamos juntos, porque, além de trazer segurança jurídica para aquele povo, além de trazer dignidade para aquele povo, nós precisamos também, e aí comungo da opinião de todos aqui, lutar pelo nosso direito, que é ter aquela parte, aquela faixa daquele território devolvida ao Estado de Mato Grosso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, doutor Jonavan, pela contribuição.

Quero agora, ainda em tempo, passar a palavra aqui ao vereador Amado, lá do município de Novo Mundo, futuro prefeito de Cristalino do Norte, está criando uma cidade para ele lá, está preparando, quer ser prefeito lá.

O SR. AMADO SANTOS DE OLIVEIRA – Obrigado, Deputado.

Já há chefe de gabinete aqui, já há pessoas que estão aptas a trabalhar no Cristalino do Norte.

O importante desta audiência até mesmo para o nosso município, que tem apenas áreas em mata... Nós não temos esse prejuízo como tem Paranaíta, Alta Floresta, Guarantã do Norte, no Vale do XV, Peixoto e Matupá.

Mas nós temos também projetos futuros e um dos projetos o Deputado acabou de falar, creio que em 10 anos Cristalino do Norte vai ser cidade de Mato Grosso. E isso vocês estão vendo falar aqui em audiência.

Deputado Nininho, Deputado Diego, doutor Bruno, doutor Rivas, Ana Caroline, a toda a equipe do Intermat, o papel de vocês é fundamental nesse trabalho de grande importância, porque, por meio de vocês, nós conseguimos trabalhar as cartas, os mapas. Mariozan sempre tem auxiliado nesse serviço, na briga ali.

Então, nós trabalhamos em equipe. A união que está havendo nesta audiência, Deputado Nininho, não houve em mandatos passados. Nós perdermos, essa ação foi julgada e o Estado de Mato Grosso nada fez pela população que ali... Usam o Estado e não pagam por isso, ou pagam duas vezes, melhor, pagam duas vezes, pagam no Pará, pagam em Mato Grosso e quem são lesados é a população.

Quando o Exército fez esse estudo, ele não agiu de má-fé, ele agiu em interesse próprio. Ele tinha conhecimento disso. No instituto do Rio de Janeiro, há esses mapas, em tal lugar

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

há esses mapas. Será que o Exército era o único que não sabia disso? Ou pretendia se beneficiar com a decisão, com estudo próprio para ele mesmo, estudar as vantagens que ganharia?

Então, os municípios, os nove municípios, no meu entendimento, deverão se reunir o mais rápido possível, doutor Bruno, porque essa tarefa Paranaíta lidera com sabedoria. Mas e os outros municípios, o que estão fazendo?

Temos, sim, que fazer um consórcio rápido dos nove municípios e discutir essa ação, talvez, no meu entendimento, não vai ter uma prorrogação de prazo se não tiver um prazo (*sic*).

O ex-governador Barbalho não tem interesse em negociar com Mato Grosso. Ele tem interesse em enrolar o Estado e nós perdermos o prazo. Conheço-o há muito tempo, posso falar disso. Conheço-o e o pai dele, então posso falar disso claramente.

Nasci no Maranhão, mas cresci em São Félix do Xingu. Morei 22 anos em São Félix do Xingu, onde era campo de voto da família Barbalho. Então, posso falar disso porque conheço os dois pessoalmente.

Não tem interesse em negociação, mas sim em nós perdermos o prazo. “Ah, vão trabalhar (ININTELIGÍVEL) bonzinho”, não vai trabalhar bonzinho para isso.

Então, os municípios, a Assembleia Legislativa, com a frente do Deputado Nininho, com o apoio do Deputado Diego Guimarães e toda a Assembleia Legislativa, os procuradores da Casa trabalharão rápido numa ação, enquanto os municípios trabalham em conjunto na segunda ação, que é o prejuízo.

E alguém tem que liderar isso, prefeito Osmar. E nada mais justo que o senhor, que já está na frente, se ponha na frente mais uma vez, junto com a sua equipe, e convoque reuniões com os nove municípios, os nove prefeitos, as nove assessorias. E com isso nós vamos ter êxito.

Isso aqui é uma cobrança de alguém que realmente pensa naquela região e pensa muito.

Eu vou... Há frases que falo e que, às vezes, são mal-entendidas, mas para a Assembleia Legislativa, para os prefeitos, tudo que tem feito foi o político que fez. Tudo que está faltando foi um político que deixou de fazer.

Agora, é a hora de os políticos fazerem o papel, o dever de casa e proteger a associação de Paranaíta, a associação do Vale do XV, a associação de Matupá, de Peixoto de Azevedo, porque o meu município vai ganhar com isso também e vai ganhar área em mata, mas vai ser a futura reserva do Cristalino. Nós precisamos fazer muita compensação ainda.

E, se nós tivermos esse estudo firme, seguro, nós podemos trabalhar melhor o nosso município, que tem muitos problemas de embargo ambiental, então é uma situação ímpar.

E, se da forma que vocês conduziram o nosso trabalho, abrir uma nova discussão, não perder o prazo de apresentar as propostas de acordo, o estado não vai aceitar reabrir a ação no Supremo Tribunal da divisa do estado, porque isso nós temos como fatos novos, diversos fatos novos com que pode ser aberto.

Depende agora da Assembleia Legislativa e da população. Todos vocês que têm rede social divulguem isso em rede social aqui em Mato Grosso, porque o estado do Pará fez muito bem isso. Foi lá: “Ó, nós conseguimos, nós vencemos”, venceu nada.

Só que enganaram a população que mora do outro lado de São Félix do Xingu. A população de São Félix do Xingu, onde moram os meus pais, acreditou que essa situação estava resolvida e não está.

Então, em Cumaru do Norte, Altamira, conheço todas essas regiões, muitas das pessoas acreditaram que está resolvido, e aqui está o espaço de resolver. É nós resolvendo juntos, o

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Intermat com suas cartas, com a sua força, a Assembleia Legislativa com o poder político, os advogados, procuradores com a parte jurídica e a população que vai ser defendida.

Meu muito obrigado, Deputado Nininho. Muito obrigado a todos os prefeitos, os nobres prefeitos envolvidos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, vereador Amado.

Não tenha dúvida, Amado, de que isso tem que ser um trabalho em conjunto: Câmara, prefeitos, vice-prefeitos, Assembleia, Governo do Estado, Congresso Nacional, toda a nossa bancada federal, não é, Osmar.

Porque ali agora, se nós formos... Como temos que ser otimistas, mas vejo muita dificuldade de eles aceitarem bancar esse ônus e chegarem a um consenso, mas nós temos que estar preparados para tudo e nós não podemos nunca fechar a porta de rever esse limite.

Esse limite...

O SR. OSMAR ANTÔNIO MOREIRA – E aqui deixar... Nossa procuradora já se colocou à disposição e nos colocamos à disposição, porque sempre falo que, talvez, nós avançamos muito em cima disso pelo tamanho dos investimentos. São 194 quilômetros de estradas e 180 mil hectares de área para você levar os serviços públicos.

Então, talvez, poucos municípios têm o tamanho do nosso problema. Nós estamos, graças a Deus, aprofundados nisso e nos colocamos à disposição dos municípios. Depende, sempre falo, Deputado Diego Guimarães, de os procuradores dos outros municípios agora fazer a sua parte. Senão, se todo mundo não fizer, até enfraquece a nossa ação.

E, principalmente, né, doutor Bruno, perde seu direito. Tem um termo jurídico que o senhor... Preclusão do recurso a ser (ININTELIGÍVEL), depois não adianta chorar. Então, falo que não é difícil...

(INTEGRANTE DA MESA DIALOGA COM O SR. OSMAR ANTÔNIO MOREIRA.)

O SR. OSMAR ANTÔNIO MOREIRA – ...então, nós nos colocamos à disposição, Deputado, do senhor, dessa comissão para ajudar no que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Nós vamos cobrar, Osmar. Está aqui o Chico, que sempre esteve presente também, o prefeito Chico Gamba.

É bom, Chico, você estar acompanhando e vendo esses prazos, para colocarmos lá a equipe para fazer o levantamento. Aí, há Novo Mundo, Guarantã, a quem, agorinha, vou passar a fala.

Quero agora, ainda em tempo, passar aqui ao nosso amigo Orlando Vieira de Figueiredo Silva, que é o presidente da associação Agrodito. Aqui, o nosso amigo Kaká, que é quem mais tem conhecimento e é, acho, um dos que mais sofre lá embaixo, apesar de todo o apoio do nosso prefeito Osmar.

Mas, com certeza, deixa muito ainda a desejar pela demanda, pelo tamanho da demanda que é.

Então, com a palavra, o Kaká.

O SR. ORLANDO VIEIRA DE FIGUEIREDO SILVA – Boa tarde a todos.

Deputado Nininho, Kaká é o nosso presidente, eu sou o vice, mas....

(INTEGRANTE DA PLATEIA ARRUMA O MICROFONE PARA O SR. ORLANDO VIEIRA DE FIGUEIREDO SILVA.)

O SR. ORLANDO VIEIRA DE FIGUEIREDO SILVA – ...boa tarde a todos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Deputado Nininho, quero agradecer ao Deputado por dar esta oportunidade para nós falarmos.

O presidente Kaká pediu para que eu viesse falar aqui como... Sou o vice-presidente, mas vou aqui falar como produtor da Gleba São Benedito. O intuito nosso aqui é mostrar a realidade da Gleba São Benedito. Nós somos uma exceção perante toda essa briga que está da divisa de Mato Grosso com o Pará.

A Gleba São Benedito se situa entre o município de Alta Floresta e Paranaíta. Nós temos uma reserva e uma área militar no fundo, onde nós não temos acesso por estrada ao Pará, como a doutora Nelma explicou aqui. E isso está gerando um problema sério para a nossa gleba.

Hoje, a produção na gleba fica inviável porque a gleba não consegue vender a sua produção no Pará, ela tem que vender para Mato Grosso. A gleba não tem um secador para secar a soja, ela tem que secar em Mato Grosso.

O gado, para ser abatido, tem que ser abatido em Mato Grosso, ele não... Não conseguimos andar 800 quilômetros para levar um gado para ser abatido no Pará, que seria a planta mais perto. O bezerro que é vendido, nós temos que vender em Mato Grosso.

E está acontecendo o seguinte: em toda a produção nossa, pagamos um ICMS de 12%; para corrigirmos as nossas terras, ao comprarmos os insumos para produção, nós pagamos 4,8% de ICMS. Na venda dessa produção, nós pagamos 12% de ICMS. Essa é a famosa bitributação que está sobre os nossos encargos.

Além disso, da questão sanitária que foi dita aqui... O que acontece? O estado do Pará não é habilitado para venda para a União Europeia, coisa que o Estado de Mato Grosso é. E o que acontece com isso? O acordo da União Europeia... Quando você emite um GTA no estado do Pará de venda para Mato Grosso, não vem nada escrito no GTA que você tem uma quarentena a ser cumprida.

Porém, na hora que você entra com esse GTA em Mato Grosso, a propriedade em que chegou o gado fica 90 dias bloqueada, ou seja, ela não pode comercializar o gado durante 90 dias. Aí, o que acontece? O cara de Mato Grosso não vai querer comprar o meu bezerro.

Se eu tenho garrote para mandar para um confinamento, o confinamento não vai aceitar o meu bezerro, o meu garrote. E isso está inviabilizando a produção. Então, não adianta só discutirmos aqui a questão da saúde, segurança, infraestrutura se nós não tivermos condição de produzir nessa região.

Eu acredito... Assim, a outra região que está em discussão ainda tem uma outra oportunidade para fazer isso. Só que a Gleba São Benedito é uma área específica e que hoje está inviabilizada diante de toda essa situação. Então, queria aqui pedir o carinho dos Deputados.

Agradecer o empenho do doutor Bruno, que tem nos auxiliado, temos conversado bastante e está levando essa luta nossa; prefeito Osmar, que está empenhado nessa causa; o Kaká, que está dando todo o apoio aqui para o doutor Jonavan.

Então, assim, a Gleba São Benedito está sendo bem representada aqui pela Agrodito, que vem, junto com essa equipe todinha, aqui tentar ver se salva a nossa região, porque, da forma como está, a Gleba São Benedito, hoje, está inviabilizada.

Com relação àquela audiência que houve em Brasília, acho que faltou ali um posicionamento de um produtor para esclarecer isso que estou falando hoje, porque não chegou na fala com o ministro explicando o que está acontecendo.

É muito fácil o governador falar de uma forma, o prefeito falar e questionar a questão dessas coisas que estão acontecendo, mas a produção em si não foi questionada naquele dia.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Então, acho que isso tem que ser levado em consideração, não só a discussão da área toda em discussão por divisa, mas sim... Acho que a Gleba São Benedito tem que ser vista de forma diferente em toda essa área aí.

Muito obrigado a oportunidade e mais uma vez, doutor Bruno, precisando da gente com documentação, alguma coisa, estamos lá à disposição.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, Orlando.

Desculpa-me, estava o confundindo com nosso amigo Kaká, mas você está muito bem representado, Kaká. É um conhecedor da história e que muitos de nós conhecem, eu conheço a história também.

Desde 1986, participo dessa região. Quando nós entramos ali, doutor Serafim, nós, como todos, entramos de boa-fé, comprando no mapa. Um esperto, um malandro vendeu as áreas para nós e, depois de alguns anos, fomos ver, estávamos todos dentro da Base Aérea do Cachimbo. (RISOS)

Nós não grilamos nada de ninguém, foi só o do Exército logo já (RISOS). Mas aí posteriormente, como estava tudo de boa-fé, o presidente Henrique Cardoso desmembrou e titulou, titulou e entregou o título definitivo.

Então, lá hoje, além de ser uma região de terra boa, as propriedades foram todas documentadas definitivamente. Foi feito todo um levantamento, um trabalho. Doutor Nilson Brito e a esposa foram os primeiros que deram uma assessoria para nós todos lá.

Então, acho que aqui nós temos que realmente, agora, acelerar para não perdermos os prazos e ser bem objetivos, porque lá com o ministro não adianta chegarmos com maço de papel, nós temos que resumir as informações, pegar o que é mais concreto, que tenha conteúdo, né, Diego, você que é advogado sabe mais que nós, para poder chegar nele.

Acho que essa documentação que vamos tentar buscar no Rio de Janeiro, Bruno, vai ser fundamental. Essa documentação de um trabalho feito por Marechal Cândido Rondon, que tem credibilidade, é o que pode nos ajudar a encontrar uma solução para esse problema.

Eu acho, assim... Não sei se continua, mas há uma discussão, que é o que está no processo inicial, em torno de 2 milhões de hectares e, com esses fatos novos, pode levar para mais de 4 milhões. Então, vamos aguardar, Bruno, a ida de vocês ao Rio de Janeiro, ver o que vocês encontram lá de mais informações, para nós definirmos os próximos passos, né?

Aqui, não tenho mais nenhum inscrito, mas gostaria de pedir para o prefeito Chico, que é de um dos municípios bem afetados, fazer uso da fala.

O SR. CHICO GAMBA – Boa tarde a todos.

Parabéns, Nininho, pelo trabalho, conduzindo esse trabalho que é tão importante para os municípios da nossa região Norte.

Também, cumprimentar o Deputado Diego, doutor Bruno, Kaká, presidente; o Cajuru falou em nome da associação, da Agrodito; doutor Bruno, também o doutor Aníbal, que vem fazendo esse brilhante trabalho; meu amigo Casciano, aqui o Francisco Serafim, quase meu xará, meus vereadores aqui, o Menin, o Ailton, advogada, doutora Nelma, Jonavan, enfim, todos os companheiros, prefeitos, vereadores, todos que estão envolvidos nesse trabalho.

Acho que nós temos duas funções aqui: uma, que nós temos de ter um resultado mais imediato. Nós não vamos parar essa discussão da divisa, vamos adiante. Eu vejo aqui que está todo mundo com sangue nos olhos para fazer essa busca.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Acho que nós temos informações suficientes e fatos reais de que a divisa... Quando o Pará, não querendo ceder de uma forma que estava mais aqui embaixo... Agora, temos argumento e, de repente, situações que... Ainda vai passar de 2 milhões de hectares para 5 milhões e nós vamos atrás disso.

Mas como, vou falar pelo apelido, o Cajuru tem falado, representando a associação, essas questões tributárias, situações que nós temos da entrada de gado, de produção têm que ser resolvidas de imediato, a situação do atendimento à nossa população. Então, penso que, a curto prazo, deve haver um acordo que passe principalmente por aquela região.

No mesmo sentido lá, Cajuru, Kaká, prefeito Osmar, Alta Floresta e Paranaíta estão muito colados, que são os dois municípios mais impactados, que são os mais distantes, a que não há como ter acesso.

E temos essas barreiras lá, que é a base aérea, são as áreas indígenas e, mesmo que queira fazer um atalho mais próximo, não existe a possibilidade de o Pará ter algumas ligações.

Gostei aqui até da proposta do Aníbal, de que mais ou menos criemos um parâmetro para as propostas dos municípios, para não ficar muito fora do que um apresenta, doutor Bruno, e do que o outro apresenta, que, de repente, por mais que Paranaíta já tenha entrado, talvez até fizéssemos uma ação em conjunto, não sei se é a melhor forma. Mas que apresentemos, então, essas propostas.

No meu ponto de vista... E o Osmar até entrou com uma ação já fazendo essa cobrança, que o Pará, então, ceda ali para que cuidemos em todos os aspectos, na questão tributária, na sanidade, na questão do atendimento logístico, enfim, tudo aquilo que a população necessita e que, principalmente, esses locais fiquem com o Estado de Mato Grosso.

Temos que fazer um convênio, alguma coisa assim com muita rapidez para que já fiquemos amparados disso. E enquanto isso, nós... E cá entre nós, né? Acho que, havendo esse avanço, automaticamente, e é uma realidade, o Pará já está concordando que esse território é nosso.

Então, nós devemos, primeiro, avançar isso e, logicamente, em seguida continuar com essa discussão da divisa para realmente esse território ser de Mato Grosso, mesmo porque o Pará nunca vai conseguir, principalmente na nossa região, aqui Novo Mundo também, ter um acesso a não ser por Mato Grosso, e dar uma volta muito grande para ter esse acesso devido às barreiras que nós temos, da base aérea, das áreas indígenas. Não vão nunca conseguir.

Acho que o caminho é esse mesmo. Parabéns a todos aí. E podem contar que nós vamos estar juntos. Como o Nininho sabe também, um dos pioneiros lá também.

Ainda criança, ouvia falar quando o pessoal foi cortar aquelas outras áreas, não lá em cima, mas aqui embaixo, que pegava de Mato Grosso e entrava no Pará, todo mundo: “Olha, há um picadão aqui, mas ninguém sabe se ele é aqui mesmo, se ele é mais para baixo e tal”.

Era criança e já ouvia falar isso, né? Que eu tinha uns amigos que entraram lá, ouvíamos falar desse picadão existente, não sei nem... Porque acho que até, Nininho, deve ter sido o Exército que abriu aquele picadão com aquela base aérea, alguma coisa nesse sentido.

Então, já ouvíamos falar, essa discussão já é muito velha e agora nós temos que aproveitar esse embalo, seguir adiante para que tenhamos um resultado positivo para Mato Grosso, essa população quer pertencer a Mato Grosso, depende de Mato Grosso e não tem como ser diferente.

Estaremos abraçados juntos até termos esse êxito.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, prefeito Chico.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

Esse picadão, Osmar, sempre contesto e falo... Porque era muito estranho, Serafim. Eu cheguei lá em 1986, e nunca vi isso, uma divisa no meio da Floresta Amazônica, um picadão de mais de 20 metros aberto por motosserra no traçado ali.

Então, isso tudo indica que foi coisa da base aérea, é coisa do Exército, que delimitou ali onde criou a base aérea. Eles puxaram a divisa; em vez do salto, vieram para a cachoeira e abriram aquele picadão já delimitando para que fosse respeitada aquela área. Então, acho que foi coisa premeditada

Mas, Chico, acho que agora nós vamos buscar todas as informações necessárias. Acho que poderia, Chico, talvez você ver uma equipe sua, porque esse trabalho tem que ser feito lá.

Veja uma equipe o mais rápido possível, porque nós temos até que dia, Bruno, para apresentar?

(O SR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Caramba, é quase...

(O SR. CHICO GAMBA DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – ...é, você senta a sua equipe, pega o amparo do Osmar para fazer uma planilha para podermos apresentar.

Aqui, até gostaria de passar a palavra ao vereador Alexandre, de Guarantã. Viu, Alexandre? Até para que você levasse essas informações, e vou pedir também para a nossa assessoria entrar em contato com o prefeito.

Mas que vocês se debruçassem em cima disso e buscassem a informação, também a orientação da equipe do prefeito Osmar, que também vai ser feita em Alta Floresta, para fazer esse relatório para nós.

Porque isso é fundamental, é um compromisso que nós temos com o ministro Flávio Dino. Se nós não chegarmos lá com algo em mãos, ele vai falar: “Vocês estão querendo o quê? Vêm aqui, tomam meu tempo e vocês não trazem as informações necessárias. Nós não temos como solucionar esse problema”.

Então, gostaria de passar a palavra para você, Luciano, e depois já reforçar esse pedido para que você chegue e procure o prefeito. Mas tem que ser urgente, porque nós estamos correndo contra o tempo.

O SR. IRMÃO ALEXANDRE – Boa tarde a todos. Deputado Nininho, Presidente desta audiência; em seu nome, cumprimento o Deputado Diego.

É bom estarmos aqui, mais uma vez, para discutir um assunto tão importante, que tem gerado muito sofrimento para centenas ou milhares de famílias que vivem ali na fronteira, ainda indecisa, entre o Estado de Mato Grosso e o estado do Pará.

A calamidade estabelecida pelo abandono causado pelo Governo do Estado do Pará já é de conhecimento de todos. Aquela população e, de uma forma geral, a de todos esses municípios do Estado de Mato Grosso dependem desses esforços, dependem dessa força conjunta aqui, porque eles não têm a quem recorrer.

Hoje, de fato, os Deputados presentes, os prefeitos presentes, os vereadores, as instituições, todo o corpo jurídico presente aqui são os legítimos representantes e a única esperança daquela população, que já vem sofrendo há décadas pelo abandono e pela falta de atendimento pelo estado do Pará.

Eu quero muito que o município de Guarantã, Deputado Nininho, também faça o que os municípios aqui, por meio de seus representantes, seus prefeitos, seus vereadores, estão

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

---

fazendo, que juntem essas informações, juntem esses documentos que comprovam ali o sofrimento da população.

Destaco aqui a população do Vale do XV, que são centenas de família, que toda vez que precisa de um atendimento de saúde, precisa de uma manutenção nas estradas, precisa de segurança pública, não tem a quem recorrer.

Nós conhecemos de perto o sofrimento da mãe de família, como foi dado um exemplo muito justo pela doutora que nos antecedeu aqui, quando uma mãe precisa dar à luz a um filho, ela não tem como recorrer ao estado em que arrecada o seu tributo e ela recorre, sim, aos municípios ali do Estado de Mato Grosso.

Também, achei muito interessante o que foi falado aqui também pela doutora, de um processo já transitado em julgado pelo STF, em que o próprio STF reconhece a ineficiência jurídica e a ineficiência de segurança pública do estado do Pará naquela região que é objeto desse litígio. Então, fica comprovado que o estado do Pará não tem como atender aquele povo.

Eles estão preocupados simplesmente com os recursos oriundos da extensão territorial, da arrecadação que sai daquele território, e quem acaba atendendo, de fato, a população que está sofrendo são os municípios de Mato Grosso.

Parabéns aqui na pessoa do prefeito Casciano, de Novo Mundo; a todos os prefeitos que estão aqui hoje representando de forma legítima o seu povo.

Comprometo-me, Deputado Dininho, em levar ao conhecimento do prefeito Márcio Gonçalves, que seria bom estar aqui hoje também representando a população de Guarantã, mas me comprometo em levar a ele as informações obtidas nesta audiência pública.

E falar bem sério com ele para que providencie toda a informação, toda a documentação necessária para que, junto com os pedidos dos municípios, seja elencado no processo com esse prazo curto.

É um prazo muito curto e há muita informação para ser colhida, mas me comprometo em levar ao conhecimento do prefeito Márcio para que também possa ajudar a nossa população. O nosso povo está sofrendo e somos nós que temos que continuar aqui indo até o final, embora sejam poucas as nossas chances, mas ir até o final, com força e com coragem, que tenho certeza de que, no final dessa história, iremos conseguir uma grande vitória.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, vereador Alexandre.

E obrigado pela dedicação, e gostaria mesmo que cobre o prefeito porque nós precisamos dessas informações, porque Guarantã é um município que está bem afetado realmente, com uma área populosa que também ocupa esse limite.

Antes de encerrar, queria só aqui fazer o encaminhamento. Vou fazer ao doutor Bruno uma sugestão. Bruno, você que está juridicamente bem mais inteirado, como é que nós vamos conduzir agora os próximos passos.

O SR. BRUNO WILLAMES CARDOSO LEITE – Perfeito, Deputado.

Acredito que foi uma audiência muito produtiva, conseguimos avançar em vários temas, mas não em todos, porque naturalmente é uma complexidade e nós não temos tempo hábil para discutir tudo, já temos claro aqui a questão da sanidade animal, já temos alguns encaminhamentos na questão da bitributação.

Como o doutor Jonavan tinha comentado e eu complementei, vamos transformar essa audiência pública numa minuta, o que aconteceu, todos esses pontos que foram discutidos e que foi dado encaminhamento já para a Ride, para a sanidade animal, para a bitributação, e enviaremos

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DE**  
**PROPOSTAS COMPLEMENTARES AO ACORDO NO TERMO DE CONCILIAÇÃO DO**  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DIVISA ENTRE MATO GROSSO E PARÁ -, REALIZADA**  
**NO DIA 02 DE JULHO DE 2026, ÀS 14H.**

isso como um ofício para a Procuradoria-Geral do Estado, que é a parte no processo, nós somos *amicus curiae*.

E a Procuradoria do Estado, doutor Aníbal, já manda essas propostas de encaminhamento e pede prazo, para poder trabalhar todos os outros temas, porque isso dá uma segurança, avançamos naquilo que já está muito bem delimitado e abre espaço para fazermos uma nova audiência e avançar nos outros temas.

Acho que esse seria o encaminhamento que a audiência pode fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Bom, não havendo mais nenhum inscrito, acho que já foi feito um esclarecimento e agora cabe a cada um de nós dar celeridade nessa pauta, para tentarmos chegar numa melhor conclusão possível para a nossa população.

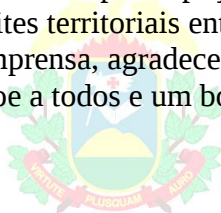
Quero, mais uma vez aqui, agradecer em nome da Lígia, do doutor Serafim, toda a equipe do Intermat, agradecer aqui todos os nossos vereadores e vereadoras presentes. Agradecer toda a nossa equipe do gabinete em nome do Mariozan, os produtores aqui.

Agradecer você, Kaká, que tem sido um grande parceiro, sempre procurando ajudar para encontrarmos a solução; prefeito Osmar, o nosso procurador Bruno, prefeito Chico, Casciano, está aqui o Serafim, o Aníbal, o Ailton, o nosso vereador de Guarantã e o nosso vereador de Novo Mundo, que aqui também se faz presente.

Então, não havendo mais nada a tratar, quero, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, agradecer a participação e contribuição de todos para garantirmos uma solução consensual sobre os limites territoriais entre os dois estados, de Mato Grosso e Pará.

Agradecer a imprensa, agradecer todos os servidores aqui da Casa, enfim, a todos aqui presentes. Que Deus abençoe a todos e um bom final de tarde a todos.

Secretaria de Serviços Legislativos



Assembleia Legislativa